

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 31

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dinheirinho extra 4

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Erro no Imposto de Renda 2024 pode ser corrigido até 31 de maio; entenda a regra (Imposto de Renda) 6

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Tira-dúvidas IR: Sou autônomo e recebo pagamentos na minha conta pessoa física via Pix. Como declaro? 8

A GAZETA - MT - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os animais e o Imposto de Renda (Artigo) 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Se mexer na meta de 2024, as dos outros anos também terão de mudar" 11

O POPULAR - GO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo precisará de esforço adicional de 1 % do PIB para meta 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco derruba reoneração de prefeituras 14

O POPULAR - GO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pacheco desidrata MP e desonera prefeituras 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco mantém desoneração de municípios 16

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Retirado de MP trecho sobre onerar municípios 17

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos vão invadir Brasília mais uma vez 18

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Começa a nova fase do Programa Litígio Zero 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Litígio Zero tem várias modalidades 20

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

2ª fase do Litígio Zero	21
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Adesão ao programa Litígio Zero de 2024 começa essa semana	22
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Esforço adicional é de 1% do PIB	23
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Litígio Zero pode perdoar juros, multas e encargos	24
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Reforma tributária pode elevar carga do setor de óleo e gás	25
O GLOBO - RJ - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Desequilíbrio impõe uma nova reforma da Previdência (Editorial)	26
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Selfie falsa para fraudar empréstimo	27
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Triplo de aposentados frente aos empregados	29
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS: Benefícios crescem mais que contribuições	30
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Seis mil podem perder benefício - SERVIDOR	31
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO	
Supersalários (Cartas do leitor)	32
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO SEGURIDADE SOCIAL	
Aposentado por invalidez pode ser chamado para nova perícia? - RECLAMAR ADIANTA	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Agro defende que proteínas sejam incluídas na cesta básica - MERCADO S/A	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Secretaria finaliza textos com regras para reforma tributária	35
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar sobe a R\$ 5,05 e leva BC a anunciar intervenção no câmbio	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Copom procura mostrar coesão em suas decisões	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	

Brasil ganha espaço em fundos dedicados a emergentes	42
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Queda nos juros estimula diversificação	44
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar registra elevação recorde	45
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar fecha no maior patamar desde outubro	46
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Atividade forte nos EUA pressiona ativos globais	47
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Entenda como a eleição nos EUA pode afetar a economia brasileira	49
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Eleição nos EUA traz incertezas no longo prazo para o Brasil	52

Dinheirinho extra

Os contribuintes que não atingiram o limite mínimo de rendimento tributável que obriga a entregar a declaração do Imposto de Renda 2024, mas tiveram desconto de imposto em algum mês do ano passado podem restituir 100% do que pagaram.

Para isso, é preciso enviar o IR à Receita.

O prazo termina em 31 de maio, mas para quem não é obrigado a prestar contas ao fisco, a declaração pode ser feita a qualquer momento.

Pelas regras, os trabalhadores que tiveram renda tributável entre R\$ 24.511,92 e R\$ 30.639,90 no ano de 2023 não estão obrigados a declarar o IR. No entanto, quem recebeu valores acima de R\$ 24.511,92 em 2023 pagou Imposto de Renda em algum mês. "Quem fica neste limbo pode pedir a restituição, mas terá de declarar mesmo sem obrigado", diz Tarcio Queiroz Calixto, advogado tributarista do Ronaldo Martins Advogado.

Segundo consultores, isso ocorre se o trabalhador fez bico, ganhou hora extra ou teve algum pagamento sujeito à incidência do imposto, elevando o rendimento e obrigando-o a pagar IR. Em geral, por não estarem obrigados, esses trabalhadores não declaram.

"Pode ser por exemplo, algum ganho eventual na empresa em que trabalha que pode ter gerado IR na fonte em determinado mês apenas. Ele pode apresentar a declaração de ajuste anual, caso pretenda restituir o Imposto de Renda", diz Luiz Dalben, consultor tributário da IOB.

Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, CEO da PartWork Associados, afirma que quem recebe benefícios como férias e 13º salário deve ficar atento se não houve dinheiro retido. "A remuneração de férias muitas vezes ultrapassa a faixa de isenção. O 13º salário também pode resultar em retenção que seria passível de restituição se, no total anual, o contribuinte não ultrapassar o limite de obrigatoriedade", diz.

Para saber se tem imposto a receber é preciso pedir o informe de rendimentos à empresa. Nele, o contribuinte deve checar, no campo "Imposto retido na fonte", se há algum valor. Se houver, há direito de restituir.

Para receber o dinheiro de volta, o primeiro passo é baixar o programa do IR no computador ou o aplicativo para tablet ou celular. Também é possível declarar o

IR pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual).

Neste caso, é necessário ter senha gov.br nível prata ou ouro.

Ao preencher, o contribuinte deve abrir o programa e escolher o tipo de declaração, que é a de ajuste anual. Ao abrir, é possível clicarem "Nova", para fazer uma nova declaração, ou transferir os dados do IR do ano passado, caso esteja fazendo no mesmo computador. Se o contribuinte tiver conta gov.br ouro ou prata, é possível também utilizar a declaração pré-preenchida (Da Folhapress).

SERVIÇO

COMO DECLARAR PELO CELULAR OU TABLET:

Para ter acesso ao aplicativo Meu Imposto de Renda, o contribuinte precisa baixar o dispositivo nas lojas PlayStore (para Android) e App Store (para iOS). O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil. É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br para preencher a declaração usando o aplicativo. Caso você já tenha o aplicativo instalado, é preciso fazer a atualização.

Após isso, vá em "Entrar com gov.br" e preencha o seu CPF e clique em continuar. Em seguida, informe login e senha da conta gov.br

Com o login feito, no item "Declarações do IRPF" clique em "IRPF 2024."

Vá em "Preencher declaração". O programa pergunta se você quer usar a declaração pré-preenchida (clique em iniciar pré-preenchida) ou fazer a declaração do zero (clique em iniciar em branco). Com a escolha feita, preencha os dados da declaração e envie para a Receita

COMO DECLARAR NO PORTAL E-CAC

Vá ao portal da **Receita Federal** neste link (<https://mir.receita.fazenda.gov.br/portalmir/pagina-inicial>). É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br.

Vá em "Entrar com gov.br" e preencha o seu CPF e clique em continuar. Em seguida, informe login e senha da conta gov.br.

Com o login feito, no item "Serviços do IRPF" clique

em "Fazer declaração" e em seguida vá em "2024."

838dc9de386130f83f625a98d1ea561f.pdf

O programa pergunta se você quer usar a declaração pré-preenchida (clique em iniciar pré-preenchida) ou fazer a declaração do zero (clique em iniciar em branco)

Com a escolha feita, preencha os dados da declaração e envie para a Receita

COMO INSTALAR O PGD EM SEU COMPUTADOR

Entrar no site da Receita (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/download/pgd/dirpf>).

No lado direito da página, vá no item "Programa IRPF 2024 Ano-calendário 2023". Se o seu sistema operacional for o Windows, clique no botão "Baixar programa". A instalação será feita automaticamente.

Caso o seu sistema operacional seja MacOS, Linux, Win32 ou multiplataforma, clique na sua opção no item "Para outros sistemas operacionais". A instalação também é automática.

Se houver algum problema na instalação, a Receita disponibilizou informações com as principais dúvidas

Após a instalação, o programa abrirá uma tela de apresentação. Clique em avançar.

Ele perguntará se pode abrir um arquivo com os dados do programa, clique em avançar. Em seguida, o programa questiona se há interesse em criar uma tecla de atalho. Se houver, clique em avançar. Após isso, a instalação está concluída e o programa já pode ser aberto.

Com o programa aberto, o contribuinte pode escolher se começa a declaração do zero ou importando os dados do ano anterior. Ele pode também optar pela declaração pré-preenchida, caso tenha conta ouro ou prata no portal gov.br. Essa exigência é uma das mudanças da Receita para este ano. Em 2023, era possível ter acesso aos dados pré-preenchidos com a conta bronze também.

O prazo de envio começa em 15 de março e vai até 31 de maio. Após este período, o contribuinte que é obrigado a enviar seus dados para o fisco terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano. A expectativa da Receita é receber 43 milhões de declarações. No ano passado, foram 41,1 milhões, o maior número da história.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-

Erro no Imposto de Renda 2024 pode ser corrigido até 31 de maio; entenda a regra (Imposto de Renda)

Contribuintes que declararam o Imposto de Renda 2024 e cometeram algum erro têm até 31 de maio para enviar a declaração retificadora e mudar a forma de tributação, do modelo simplificado para o completo, e vice-versa, caso seja mais vantajoso.

Se deixar para entregar a correção após esse prazo, não é possível mudar o modelo de tributação.

O prazo para declarar o IR 2024 começou no dia 15 de março e vai até 31 de maio. Neste ano, algumas das principais regras mudaram.

Para fazer as correções necessárias, é preciso ter o número do recibo da declaração que já foi entregue. Quem corrige informações e envia novamente o documento vai para o final da fila de restituições. Os lotes são pagos de maio a setembro. O primeiro deles será liberado no dia 31 de maio.

Segundo a Receita, após o fim do prazo de entrega da declaração, o contribuinte que cometeu algum erro tem cinco anos para fazer a retificação, desde que o documento não esteja sob fiscalização do órgão. No entanto, não é possível mudar a tributação, o que pode trazer prejuízos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O contribuinte deve preencher a declaração do Imposto de Renda informando seus ganhos e gastos. As despesas dedutíveis garantem desconto no pagamento do imposto, o que pode fazer com que a restituição seja maior.

Há dois modelos: por deduções legais ou desconto simplificado. Esse último traz a opção de um desconto-padrão na declaração. O próprio programa informa qual é o melhor. Basta olhar do lado esquerdo da tela, no canto inferior.

Lá, estará a informação de quanto será restituído, do valor a ser pago, caso haja IR a quitar, ou se ficou no zero a zero.

A retificação do IR pode ser feita no programa gerador do Imposto de Renda no computador, no aplicativo Meu Imposto de Renda ou no e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**.

A principal dica da **Receita Federal** para quem vai retificar é não se esquecer de usar o programa do ano da declaração que precisa ser corrigida, neste caso, o de 2024. Caso faça a retificação pelo e-CAC ou no celular, é preciso selecionar o ano correto.

Após enviar a declaração retificadora, o contribuinte deve esperar 24 horas. Caso tenha caído na malha fina, conseguirá saber essa informação ao acessar o e-CAC. É preciso ter senha do Portal Gov.br.

Para saber quais são as pendências, siga o passo a passo:

O contribuinte que retifica o Imposto de Renda vai para o fim da fila de restituição, mas, se estiver na lista dos que têm prioridade no recebimento, o valor é pago na frente dos demais cidadãos, conforme cada lote. A partir do segundo lote, liberado em 30 de junho, há correção de 1% com base na Selic (taxa básica de juros da economia).

A restituição é paga primeiro aos cidadãos que atendem prioridades legais. Fazem parte da fila de prioridades idosos a partir de 60 anos, pessoas com deficiência, doentes graves e profissionais cuja maior fonte de renda é o magistério.

Contribuintes que entregarem a declaração pré-preenchida ou optam por receber a restituição por Pix também são prioritários desde 2023.

Segundo a Receita, quando há empate nos grupos prioritários, o contribuinte que entregou a declaração do IR primeiro vai receber antes dos demais.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima do limite a ser estipulado pela Receita, o que inclui salário,

aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$ 40 mil

Teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto. Valores até R\$ 20 mil são isentos

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 142.798,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou anos anteriores

Passou a morar no Brasil em 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Assinantes podem liberar 7 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 7 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 7 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/erro-no-imposto-de-renda-2024-pode-ser-corrigido-ate-31-de-maio-entenda-a-regra.shtml>

Tira-dúvidas IR: Sou autônomo e recebo pagamentos na minha conta pessoa física via Pix. Como declaro?

Economia

/
Rafaela Soares, do R7, em Brasília

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Economia | Rafaela Soares, do R7, em Brasília

Mais de nove milhões de pessoas já enviaram a documentação necessária para a declaração do Imposto de Renda 2024. Uma série de reportagens do R7 ajuda o contribuinte a tirar as principais dúvidas para evitar a dor de cabeça na hora de prestar contas com o Leão. Se você quer enviar alguma sugestão, basta enviar para as redes sociais do R7 ou da RECORD.

A dúvida de hoje é sobre trabalhadores autônomos que recebem pagamentos em Pix na conta de pessoa física. Segundo a Comissão de Normas Técnicas da Área Tributária do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, o primeiro passo é elaborar o livro caixa mensalmente com todos os valores recebidos no ano passado - livro caixa é um documento para fazer o controle dos fluxos financeiros de entradas e saídas do caixa.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Juca Varella/Agência Brasil

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Juca Varella/Agência Brasil

Renato Alves/Agência Brasília

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília

Arquivo/Agência Brasil

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Joédson Alves/Agência Brasil

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Juca Varella/Agência Brasil

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Sou autônomo e recebo pagamentos via Pix na minha conta pessoa física. Como proceder com a declaração dos valores?

"Você deverá elaborar o livro caixa mensalmente com todos os valores recebidos no exercício de sua atividade. Esses valores estão sujeitos, de acordo com as tabelas, ao recolhimento de **INSS** e IRPF mensalmente, e na declaração de IRPF de ajuste anual deverão ser informados. A obrigatoriedade do pagamento não depende do tipo de atividade e nem da modalidade de recebimento.

As fichas deverão ser preenchidas de acordo com os recebimentos, se de pessoa física ou se de pessoa jurídica. Caso não tenha usado o livro caixa ou carnê leão para esse controle, importante tomar cuidado no preenchimento manual para alocar corretamente os rendimentos que serão tributáveis.

Com o livro caixa, no caso dos autônomos, é possível deduzir algumas despesas para fins do cálculo, como aluguel, energia e internet."

O prazo para declarar o Imposto de Renda 2024 termina em 31 de maio. Mesmo com muito tempo para enviar a documentação, o período de prestar contas pode ser estressante. Confira algumas informações importantes abaixo:

Carregando...

Economia

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/economia/tira-duvidas-ir-sou-autonomo-e-recebo-pagamentos-na-minha-conta-pessoa-fisica-via-pix-como-declaro-02042024>

Os animais e o Imposto de Renda (Artigo)

Victor Humberto Maizman

Já escrevi que apesar dos animais serem classificados como 'coisa' pelo Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça já flexibilizou tal conceito ao interpretar a questão em consonância com a Constituição Federal, em especial quando o caso concreto demonstrar elementos como o dever de proteção por parte do ser humano e o vínculo afetivo estabelecido.

Tanto que já existe uma Comissão no Congresso Nacional para rever tal classificação em razão do fato de que os animais são considerados seres vivos dotados de sensibilidade e passíveis de proteção jurídica.

Aliás, o assunto chegou ao Poder Judiciário em razão de uma demanda familiar, onde se permitiu a 'guarda' compartilhada de um bichano após a separação.

Por certo, são cada vez mais recorrentes tais debates e, por isso, devem ser examinados, tanto pelo lado da afetividade em relação ao animal, quanto pela necessidade de sua preservação conforme previsto na Constituição Federal.

E, de acordo com o julgado, os animais, dantes tipificados como 'coisa' pelo Código Civil, agora merecem um tratamento diferente devido ao atual conceito amplo de família e a função social que ela exerce.

Importante ressaltar que no último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, existem mais famílias com gatos e cachorros do que com crianças.

Além disso, nos processos de divórcios cada vez mais vislumbra-se casos como estes, em que a única divergência é justamente a guarda do animal.

Trazendo a questão para o campo tributário, em especial para o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, a legislação dispõe literalmente quem são tributariamente dependentes e, portanto, passível de dedução das despesas na apuração do referido imposto, não havendo a permissão para que sejam deduzidas as despesas despendidas em razão dos cuidados dos animais de estimação.

Sendo assim, muito embora não seja possível a mencionada dedução, nada impede que tal questão

seja objeto de alteração na legislação do Imposto de Renda.

De fato, já existe mais de um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional prevendo a alteração da legislação para autorizar a referida dedução.

Então, se o próprio Superior Tribunal de Justiça já declarou que os animais de estimação são considerados como membros da família do ponto de vista jurídico, então chega-se à conclusão de que as despesas por eles geradas comprometem sobremaneira a renda familiar.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor Jurídico Tributário, professor em Direito Tributário, ex-membro do **Carf**

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

"Se mexer na meta de 2024, as dos outros anos também terão de mudar"

CÍCERO COTRIM

ENTREVISTA: Roberto Secemski, Antes de integrar o Barclays, economista formado pela USP passou por Itaú BBA, Citi e Fitch Ratings, entre outros

A busca pelas metas fiscais previstas no novo arcabouço - incluindo déficit zero agora em 2024 e superávits de 0,5% e de 1% do **PIB** em 2025 e 2026, respectivamente - tem se tornado cada vez mais difícil diante da opção feita pelo governo de ajustar as contas públicas exclusivamente pelo lado da receita.

A avaliação é do economista para Brasil do Barclays, Roberto Secemski.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, Secemski, baseado em Nova York, afirma que o risco de uma mudança da meta fiscal de 2024 continua na mesa e, se ocorrer, praticamente inviabilizaria o cumprimento dos alvos nos anos seguintes. "Se houver um ajuste para baixo na meta de 2024, que parece ser o caso mais provável, provavelmente vamos ver um deslocamento paralelo da curva de metas", diz o analista.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo não mudou a meta fiscal de 2024 em março, mas parte do mercado ainda espera uma alteração neste ano. Qual é a sua expectativa?

Minha projeção é de um déficit de 0,7% do **PIB** neste ano, muito longe do zero ou do déficit de 0,25%, com o qual o governo se daria por satisfeito. A maior fonte de incerteza continua sendo a performance de mais da metade das medidas aprovadas para aumentar a arrecadação, especialmente o voto de qualidade no **Carf** (o conselho de recursos da Receita) e as negociações tributárias.

Na minha avaliação, com o andamento do ano ficará mais difícil para o governo manter as hipóteses que, no momento, são usadas no Orçamento. À medida que esse desafio vai se impondo e que as receitas não performem como esperado, a necessidade de contingenciamento aumentaria, e a possibilidade de perda da meta ficaria mais clara.

Quando essa revisão pode ocorrer?

A possibilidade de revisão se mantém em um momento posterior, não tenho clareza se em maio ou em julho. Vai depender do comportamento dessas receitas, em particular as do **Carf** e de renegociações tributárias.

Mas, a essa altura, mais do que a mudança da meta neste ano - que, de certa forma, o mercado já espera - a grande questão fica por conta da trajetória das metas no futuro.

Qual é a expectativa? O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou responder se o governo vai ou não manter a meta de superávit primário de 0,5% do **PIB** no ano que vem. Por mais que o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, que deve ser apresentado em questão de semanas, traga a meta original, de superávit de 0,5% do **PIB**, é fato que a entrega dessa meta depende do resultado de 2024.

Com a meta deste ano sob risco, a de 2025 também ficará sob risco, porque você cria um desnível maior. O próprio Tesouro já estimou que, para entregar o superávit de 0,5% do **PIB** em 2025, seria necessário um esforço fiscal adicional de 1% do **PIB**. E isso assumindo que todas as receitas esperadas pelo governo se materializem, o que não é a minha hipótese.

Ou seja, existe um risco para a trajetória das metas fiscais?

Tudo isso ilustra quão difícil e custosa está ficando a entrega dessa trajetória por causa da opção que o governo fez de ajustar tudo pelo lado da receita.

Se houver um ajuste para baixo na meta de 2024, que parece ser o caso mais provável, provavelmente vamos ver um deslocamento paralelo da curva de metas. Ou seja, a meta de 2025 também seria rebaixada.

O governo não necessariamente anunciaria uma mudança da meta de 2026 agora, mas, realisticamente, isso também pioraria as expectativas para 2026.

Qual é o impacto disso?

Na prática, o que isso quer dizer é que a estabilização da dívida como proporção do **PIB** ficaria ainda mais distante. E vale lembrar que nem as metas originais estabilizariam a dívida: eu ainda estimo, hoje, que seriam necessários superávits primários de pelo menos 1,5% do **PIB**. Mas isso posterga esse momento de estabilização da dívida e, a meu ver, representaria a continuidade de uma pressão altista no juro real neutro do País, o que, por sua vez, restringe o espaço do BC para cortar juros, assumindo o compromisso com uma **inflação** de 3% no médio prazo.

O Barclays manteve a projeção de mais dois cortes de 0,5 ponto porcentual na taxa Selic. Na sua avaliação, a chance de um corte menor em junho aumentou?

É verdade que a probabilidade de um corte menor em junho aumentou. Em primeiro lugar, porque o BC já não se sente confortável em comunicar a intenção de manter o ritmo na reunião de junho, porque retirou o plural do "forward guidance" (sinalização). Em segundo, o fato de alguns membros do Copom terem sinalizado que considerariam a possibilidade de desacelerar o ritmo também pesa.

E, na margem, os números de atividade e **inflação**, inclusive de serviços, estão indicando cautela. Isso resulta num aumento da probabilidade, na margem, de que o movimento de junho seja de um corte de 0,25 ponto. Mas não vejo essa chance como predominante.

"Tudo isso (risco de mudança da meta fiscal) ilustra quão difícil e custosa está ficando a entrega dessa trajetória por causa da opção que o governo fez de ajustar tudo pelo lado da receita"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo precisará de esforço adicional de 1 % do PIB para meta

As medidas de arrecadação já implementadas até agora pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) serão insuficientes para garantir o alcance da meta fiscal almejada pelo MINISTRO FERNANDO HADDAD (FAZENDA) em 2025. O Tesouro Nacional estimou em seu relatório de projeções fiscais a necessidade de um esforço adicional equivalente a 1 % do **PIB** (Produto Interno Bruto) para chegar ao superávit de 0,5% do **PIB** prometido para o ano que vem.

Isso significaria uma arrecadação extra de R\$ 123,9 bilhões, considerando a projeção da SPE (SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA) para o **PIB** nominal de 2025.

Se o valor não for atingido, parte do esforço poderia ser cumprido por meio do congelamento de despesas (via contingenciamento).

Sem novas medidas, o Tesouro projeta um déficit de 0,5% do **PIB** no ano que vem, cenário que iria na contramão do desejo da equipe econômica de exibir uma melhora gradual e contínua nas contas públicas.

O objetivo de atingir o superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 foi indicado junto com a apresentação do novo arcabouço fiscal, em março do ano passado. Essa meta ainda precisará ser confirmada pelo governo no envio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, que ocorrerá em 15 de abril.

O projeto é finalizado no momento em que o governo discute o desfecho de medidas de arrecadação enviadas ao Legislativo no fim de 2023, como a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a limitação do uso de créditos - totos judiciais pelas empresas para abater **tributos**.

A FAZENDA já precisou abrir as negociações e flexibilizar boa parte das medidas para melhorar a aceitação no Congresso, o que tende a impactar sua contribuição para o reequilíbrio das contas. Para este ano, o alvo central é o déficit zero, e a avaliação mais recente do Orçamento indica um resultado negativo em 0,1% do **PIB** - dentro da margem de tolerância da meta fiscal, que é de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos.

A estimativa de cumprimento da meta, a despeito do ceticismo do mercado, é possível graças à inclusão de R\$ 168,3 bilhões em receitas obtidas com medidas implementadas pelo governo. A natureza das iniciativas aprovadas até aqui, no entanto, também é o principal fator a explicar o buraco nas contas de 2025.

O MINISTRO da FAZENDA já deu uma sinalização de que o problema está no radar da equipe. Em entrevista à CNN Brasil na última terça-feira (26), HADDAD disse que chegar ao superávit de 0,5% do PIB no ano que vem vai depender do Congresso Nacional.

"Ao longo dos próximos dias definir com o Congresso Nacional o andar da carruagem, como vamos definir a trajetória daqui para a frente", disse na ocasião HADDAD. (Folhapress)

MINISTRO FERNANDO HADDAD: medidas serão dialogadas com o Congresso

Site: <https://opopular.com.br/digital/02-abril-2024/10-caderno>

Pacheco derruba reoneração de prefeituras

GABRIEL HIRABAHASI BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu ontem derrubar a reoneração da folha de pagamento dos municípios, que valeria a partir de hoje de acordo com a Medida Provisória 1.202 baixada pelo governo. O texto aumenta a alíquota de contribuição previdenciária das prefeituras de 8% para 20%.

Em despacho, Pacheco prorrogou a MP por mais 60 dias, mas decidiu que o dispositivo específico sobre os municípios não será prorrogado.

Em sua decisão, o senador afirma que "o poder de editar medidas provisórias não pode ter o condão de frustrar prontamente uma decisão tomada pelo Poder Legislativo no processo de formação de uma lei, funcionando como uma etapa adicional e não prevista do processo legislativo, de verdadeira revisão da rejeição do veto, em evidente conflito com o princípio da separação dos Poderes, entendimento também referendado pelo Supremo Tribunal Federal".

O presidente do Senado também reforça no documento que a "alteração do regime de desoneração da folha de pagamento, tanto de setores econômicos quanto de municípios, deve ser veiculada por meio de projeto de lei".

Na noite da última quarta-feira, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), apresentou as propostas de desoneração da folha de pagamento dos municípios e de fim gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Os dois projetos de lei foram protocolados pelo deputado após negociações com o Ministério da Fazenda.

Em MP editada no fim do ano, o governo havia determinado o fim do regime especial de previdência para os municípios e do Perse, programa criado durante a pandemia de covid-19. Diante da resistência de deputados e empresários, contudo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve de negociar um projeto de lei com um meio-termo - assim como ocorreu no caso da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

O projeto da desoneração dos municípios limita esse benefício a cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida per capita de até R\$ 3.895. A alíquota de contribuição previdenciária seria de 14%, neste ano; de 16%, em 2025; e de 18%, em 2026. Essa alíquota era de 20% até ser reduzida a 8% pelo Congresso no

ano passado. Também há possibilidade de parcelamento das dívidas das prefeituras com a **Receita Federal** em até cinco anos, com redução de até 70% nos juros e multas.

O governo, porém, não encaminhou nenhum novo ato para revogar os trechos da MP sobre esses temas, como foi feito com a reoneração dos setores - e, portanto, as novas regras estariam em vigor durante a tramitação dos projetos no Congresso.

PRESSÃO. Pacheco já havia prometido a prefeitos que não deixaria a reoneração prevalecer. Caso o governo não tomasse uma posição, caberia a ele rejeitar esse trecho específico da MP.

Como mostrou o Estadão, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apresentou ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, uma contraproposta para a desoneração da folha das prefeituras e incluiu outros pleitos na negociação.

O documento prevê que o benefício previdenciário seja permanente e válido a todas as cidades, sem recorte populacional ou de receita, e que haja um parcelamento de até 25 anos das dívidas com a Previdência, estimadas em R\$ 248,6 bilhões.

Os gestores locais também propõem um novo modelo de quitação de precatórios por parte das prefeituras, limitando o pagamento a 1% da receita líquida e parcelando o restante em 20 anos.

"A alteração do regime de desoneração da folha de pagamento, tanto de setores econômicos quanto de municípios, deve ser veiculada por meio de projeto de lei" Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Presidente do Senado, em despacho sobre alteração do texto da MP 1.202

Valores Pela MP, a alíquota de contribuição das prefeituras passaria de 8% para 20%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacheco desidrata MP e desonera prefeituras

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu nesta segunda-feira (1º) deixar caducar o trecho de uma MP (medida provisória) do ministro Fernando Haddad (Fazenda) que previa a reoneração da folha de pagamento das prefeituras. O texto previa que, a partir desta segunda, a alíquota cobrada dos municípios com até 156.2 mil habitantes passaria de 8% para 20%, o que não ocorrerá mais devido à decisão de Pacheco.

A derrubada da medida significa um revés para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que pode sofrer uma perda próxima a R\$ 10 bilhões em suas receitas caso não haja uma alternativa para o impasse.

A decisão de Pacheco -que também é o presidente do Congresso Nacional- vem após o governo desagradar ao Legislativo e manter a reoneração dos municípios em vigor, apesar de ter aceitado revogar o trecho que tratava da cobrança sobre a folha de empresas de 17 setores.

No fim de fevereiro, o presidente do Senado ameaçou dar encaminhamento próprio ao benefício das prefeituras, e o Palácio do Planalto se dispôs a construir uma proposta de "flexibilização", formalizada em projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

No entanto, com o trecho da MP em vigor, os municípios estariam sujeitos à retomada da maior alíquota, o que poderia ter impacto sobre o caixa das prefeituras. Por meio de nota, o presidente do Senado afirmou que "a decisão significa que a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, não por MP".

Ele ainda criticou o ato do governo, considerando que o Congresso já havia decidido pela desoneração dos municípios.

"Uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo - vo. Isso garante previsibilidade e segurança jurídica para todos os envolvidos", afirmou.

Assim como as empresas, os municípios que contribuem para o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pagavam uma alíquota patronal de 20% sobre os salários de seus funcionários. Os parlamentares, no entanto, queriam reduzir o peso dessa cobrança sobre

o caixa das prefeituras às vésperas do ano de eleições municipais.

O corte na alíquota dessas prefeituras, para 8%, foi aprovado pelo Congresso, vetado por Lula e restabelecido pelos parlamentares no decorrer de 2023. No apagar das luzes do ano passado, o governo editou uma MP para, entre outras medidas,

revogar a desoneração dos municípios e restabelecer a cobrança de 20% a partir de 1º de abril.

Com a chegada da data, Pacheco prorrogou a vigência da MP em 60 dias, mas determinou que a parte que trata da reoneração das prefeituras seja derrubada. O presidente do Senado afirmou, no entanto, que está aberto para que seja estabelecida uma discussão "célere" sobre o assunto. Essa não é a primeira modificação no conteúdo legal do texto.

Há pouco mais de um mês, Lula assinou uma segunda MP que revogou a reoneração da folha de empresas de 17 setores.

O Executivo também enviou um projeto de lei do tema, conforme demandado por líderes partidários. (FP)

Site: <https://opopular.com.br/digital/02-abril-2024/1o-caderno>

Pacheco mantém desoneração de municípios

CAMILA TURTELLI *camila.turtellr@bsb.oglobo.com.br*
BRASÍLIA

Em uma decisão oficial publicada ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), manteve a desoneração da folha de pagamento dos municípios. O ato de Pacheco torna sem efeito os pontos da medida provisória (MP) editada pelo governo que cancelavam o benefício conferido às cidades pelo Legislativo.

A decisão, na prática, mantém a desoneração da folha para municípios com até 156 mil habitantes, que havia sido revogada pela medida provisória. Assim, esses municípios continuam pagando 8% sobre a folha, em vez de 20%. Agora, o governo vai discutir esse tema por projeto de lei.

Na decisão, Pacheco argumenta que, pela regra da noventena (prazo de 90 dias para que uma lei de alteração de tributos passe a valer), as prefeituras começariam a sofrer os efeitos da medida provisória a partir de hoje.

ELEIÇÃO MUNICIPAL

O presidente do Senado fez críticas ao governo. Para Pacheco, a medida do governo é uma tentativa de se promover "mais um turno do processo legislativo".

No Congresso, existe uma defesa da manutenção da desoneração da folha de pagamento dos municípios em razão do ano de eleições para prefeito.

Com a decisão de Pacheco, perderam a validade os dispositivos que cancelavam a desoneração da folha das empresas (já revogados por outra medida provisória e discutida por projeto de lei) e a desoneração da folha das prefeituras.

"A decisão significa que a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, e não por MP".

Apesar do ato, Pacheco afirmou que a discussão ainda está aberta para possíveis alterações.

"Estamos abertos à discussão célere e ao melhor e mais justo modelo para o Brasil. Mas, de fato, uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo. Isso garante previsibilidade e segurança jurídica para

todos os envolvidos", disse, em nota, o presidente do Senado.

O restante da MP, que trata de temas como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), teve a validade prorrogada por mais 60 dias e permanecerá em discussão no Congresso. O Perse já foi alvo de críticas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que disse ver indícios de irregularidade no programa e que ele consumiu R\$ 17 bilhões em recursos em 2023. O dado é contestado por entidades do setor.

Após o imbróglio, o governo desistiu de extinguir o programa e se comprometeu a apresentar um novo programa para o setor de eventos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Retirado de MP trecho sobre onerar municípios

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu retirar da medida provisória 1.202 o dispositivo que tratava da reoneração da alíquota previdenciária de municípios de até 142,6 mil habitantes. O despacho foi assinado ontem, prorrogando a MP por mais 60 dias. A decisão de Pacheco se deu porque a partir de 1º de abril passaria a ser aplicada a reoneração da folha de pagamento dos municípios prevista na medida provisória (MP) 1.202. A alíquota passaria de 8% para 20%. O senador já havia prometido a prefeitos que não deixaria a reoneração prevalecer. Caso o governo não tomasse uma posição, caberia a ele rejeitar esse trecho específico da medida provisória.

Em sua decisão o parlamentar afirma que "o poder de editar medidas provisórias não pode ter o condão de frustrar prontamente uma decisão tomada pelo Legislativo no processo de formação de uma lei, funcionando como etapa adicional e não prevista do processo legislativo, de verdadeira revisão da rejeição do veto, em evidente conflito com o princípio da separação dos Poderes, entendimento também referendado pelo Supremo Tribunal Federal". O presidente do Senado reforçou ainda no despacho que a alteração do regime de desoneração da folha de pagamento tanto dos setores econômicos quanto dos municípios deve ser veiculada por meio de projeto de lei.

O Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda já chegaram a um acordo com o Congresso para que as mudanças no Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e na desoneração dos municípios sejam discutidas por projeto de lei.

Apesar disso o governo não havia encaminhado nenhum novo ato para revogar os trechos da MP 1.202 que trazem novas regras para esses dois setores.

A reoneração da folha de pagamento voltou à cena após proposta enviada ao Legislativo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no final do ano passado.

Em outro projeto, os parlamentares tinham aprovado a prorrogação da desoneração até 2027, medida que já vigorava desde 2011.

A redução - de 20% para 8% - da alíquota da contribuição previdenciária patronal dos Municípios ao Regime Geral de **Previdência Social** foi aprovada pelo Congresso para os municípios com até 142,6 mil habitantes na Lei 14.784/2023.

O Executivo decidiu editar a Medida Provisória (MP) 1.202/2023, revogando a conquista, razão pela qual a desoneração, seguindo o princípio da noventena, estava em vigor até o fim de março.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-bbf37bc29caa653170cf5a578f1e7464.pdf

Prefeitos vão invadir Brasília mais uma vez

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) passou a reforçar, ontem, a necessidade de os prefeitos estarem em Brasília na próxima semana, para numa grande mobilização, mais uma vez, tentarem uma solução definitiva para a desoneração da folha de pagamento dos Municípios. Considerada uma mini marcha, da sequência de uma já realizada em 6 de março e que trouxe à capital federal mais de 250 prefeitos em protesto.

Na última semana de março, a CNM apresentou ao governo federal uma proposta com seis medidas estruturantes para transformar o atual cenário. "A previdência é um dos principais desafios do País, com impactos significativos nas finanças municipais e, conseqüentemente, na vida da população", diz a nota divulgada à imprensa e aos gestores municipais.

Na nota, a CNM destacou que não concorda com o texto apresentado pelo líder do governo na Câmara, que reduz o benefício de 5.367 para menos de 2.500 Municípios, retira a desoneração permanente, limita a desoneração ao prazo de 3 anos e aumenta a alíquota de 8% para 14% já em 2024.

A entidade também atua para que o presidente do Congresso mantenha o compromisso de devolver a Medida Provisória 1.202/2023, restabelecendo a Lei 14.784/2023.

A expectativa é que a mobilização tenha início na sede da CNM, a partir das 9 horas. Devem ocorrer agendas também junto ao Executivo, e lideranças partidárias na Câmara e no Senado. Além da desoneração, também estarão em pauta questões como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2013, que trata do parcelamento especial da previdência e precatórios; a ampliação da Reforma da Previdência, prevista na PEC 38/2023; as OS fora da despesa de pessoal (PLP 98/2023); e os debates em relação à regulamentação da **Reforma Tributária**.

Site:

<https://edicaoimprensa.folhape.com.br/books/zxsv/#p=1>

Começa a nova fase do Programa Litígio Zero

LUCIANO NASCIMENTO Agência Brasil, São Luís

Começou a valer ontem o Programa Litígio Zero, voltado para atender pessoas físicas e jurídicas que possuem dívidas em disputa administrativa com a **Receita Federal** até o valor de R\$ 50 milhões.

Entre as possibilidades de negociação, está a redução de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais para os créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Segundo a Receita, o novo sistema de renegociação tem diferentes modalidades, conforme o nível de risco do débito. Em alguns casos, na renegociação das dívidas será observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida, com entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, pagos em até cinco parcelas, e saldo devedor em até 115 parcelas.

As dívidas de microempresas, pessoas físicas ou empresas de pequeno porte, também poderão ser negociadas no âmbito do Litígio Zero 2024.

Para tanto, é necessária uma entrada de 5% do valor consolidado dos créditos transacionados em até cinco parcelas e o restante pago em 12, 24, 36 ou em até 55 meses.

"Quanto mais curto o prazo de pagamento, maior o desconto. Por exemplo: se o plano escolhido for de 12 meses, será aplicada redução de 50%, inclusive do montante principal do crédito. Se o contribuinte escolher a modalidade de até 55 meses para o pagamento, a redução cai a 30%", informou a Receita.

A Receita informou ainda que se houver utilização de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) nas renegociações dos casos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a entrada será de, no mínimo, 10% do saldo devedor, parcelado em até cinco vezes, e o restante com o uso desses créditos, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual dividido em até 36 parcelas.

Mais informações

O contribuinte com débitos junto à **Receita Federal** e que quiser aderir ao programa encontrará mais informações na página do Litígio Zero. (www.gov.br/receitafe-deral/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-progra-mas/programa-litigio-ze-ro).

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_632EA1711B20C8CEDF23869A963736E57AEAE4344ED7144EE51E9FCDD8E507988634A39ACF6D20F3642EBB638D5066D45E0C5C0024174D28486783E4E8D2C94BAF4FB2A9B9966D19838BCBE6A13A577244676982B8027649564D29FD1E9008099ADB15585A7398ECF7F915DF62B4F98208C6039E767AF4597764A

Litígio Zero tem várias modalidades

São Luís - Começou a valer ontem o Programa Litígio Zero, voltado para atender pessoas físicas e jurídicas que possuem dívidas em disputa administrativa com a **Receita Federal** até o valor de R\$ 50 milhões. Entre as possibilidades de negociação, está a redução de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais para os créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Segundo a Receita, o novo sistema de renegociação tem diferentes modalidades, conforme o nível de risco do débito. Em alguns casos, na renegociação das dívidas será observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida, com entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, pagos em até cinco parcelas, e saldo devedor em até 115 parcelas.

As dívidas de microempresas, pessoas físicas ou empresas de pequeno porte, também poderão ser negociadas no âmbito do Litígio Zero 2024. Para tanto, é necessária uma entrada de 5% do valor consolidado dos créditos transacionados em até cinco parcelas e o restante pago em 12, 24, 36 ou em até 55 meses.

"Quanto mais curto o prazo de pagamento, maior o desconto. Por exemplo: se o plano escolhido for de 12 meses, será aplicada redução de 50%, inclusive do montante principal do crédito. Se o contribuinte escolher a modalidade de até 55 meses para o pagamento, a redução cai a 30%", informou a Receita.

A Receita informou ainda que se houver utilização de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) nas renegociações dos casos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a entrada será de, no mínimo, 10% do saldo devedor, parcelado em até cinco vezes, e o restante com o uso desses créditos, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual dividido em até 36 parcelas.

No caso de créditos classificados como de alta ou média perspectiva de recuperação, será aceita entrada de 30% do valor consolidado, com pagamento em até cinco parcelas, e o restante do saldo devedor com uso de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada. O saldo residual poderá ser dividido em até 36 parcelas. Sem a utilização de PF/BCN, a entrada será 30% do valor consolidado da dívida, em até cinco

parcelas e o restante em até 115 parcelas.

O contribuinte com débitos junto à Receita e que quiser aderir ao programa encontrará mais informações na página do Litígio Zero. (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-litigio-zero>) no site do órgão federal. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-02-04-2024/>

2ª fase do Litígio Zero

Começa a valer a partir de hoje (1º) o Programa Litígio Zero, voltado para atender pessoas físicas e jurídicas que possuem dívidas em disputa administrativa com a **Receita Federal** até o valor de R\$ 50 milhões. Entre as possibilidades de negociação, está a redução de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais para os créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Segundo a Receita, o novo sistema de renegociação tem diferentes modalidades, conforme o nível de risco do débito. Em alguns casos, na renegociação das dívidas será observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida, com entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, pagos em até cinco parcelas, e saldo devedor em até 115 parcelas.

As dívidas de microempresas, pessoas físicas ou empresas de pequeno porte, também poderão ser negociadas no âmbito do Litígio Zero 2024. Para tanto, é necessária uma entrada de 5% do valor consolidado dos créditos transacionados em até cinco parcelas e o restante pago em 12, 24, 36 ou em até 55 meses.

"Quanto mais curto o prazo de pagamento, maior o desconto. Por exemplo: se o plano escolhido for de 12 meses, será aplicada redução de 50%, inclusive do montante principal do crédito.

Se o contribuinte escolher a modalidade de até 55 meses para o pagamento, a redução cai a 30%", informou a Receita.

A Receita informou ainda que se houver utilização de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) nas renegociações dos casos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a entrada será de, no mínimo, 10% do saldo devedor, parcelado em até cinco vezes, e o restante com o uso desses créditos, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual dividido em até 36 parcelas.

Entrada No caso de créditos classificados como de alta ou média perspectiva de recuperação, será aceita entrada de 30% do valor consolidado, com pagamento em até cinco parcelas, e o restante do saldo devedor com uso de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada. O saldo residual poderá ser dividido

em até 36 parcelas. Sem a utilização de PF/BCN, a entrada será 30% do valor consolidado da dívida, em até cinco parcelas e o restante em até 115 parcelas.

O contribuinte com débitos junto à Receita e que quiser aderir ao programa encontrará mais informações na página do Litígio Zero.

(<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-litigio-zero>)

Site:

https://diariodigital.verdesmares.com.br/uploadsAssinante/app/edicao/2024/4/2/compress_ed_2_660b75b246d54.pdf

Adesão ao programa Litígio Zero de 2024 começa essa semana

O prazo de adesão ao programa de regularização tributária Litígio Zero, que prevê a renegociação de dívidas com a **Receita Federal**, começou ontem (1°).

A versão 2024 do PRLF (Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal) vai até 31 de julho. Segundo a Receita, o programa gerou uma arrecadação de R\$ 5,6 bilhões no ano passado.

Por meio de transação tributária, podem ser negociados débitos discutidos junto às Delegacias da **Receita Federal** de Julgamento e ao **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**. O contribuinte terá de abrir mão do processo administrativo e aceitar as regras de negociação do programa.

O programa está disponível para pessoas físicas e empresas. Para dívidas classificadas como irrecuperáveis, de difícil recuperação e com alta ou média perspectiva de recuperação, o valor deve ser de até R\$ 50 milhões.

Também há condições especiais para débitos de pequeno valor, de até 60 salários mínimos, o que dá hoje R\$ 84.720, no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União, para pessoa física, microempresa ou empresa de pequeno porte.

Nesse caso, o acordo não depende da capacidade de pagamento nem da classificação da dívida.

O contribuinte deve propor um acordo para **Receita Federal**. Se a proposta for aceita, ele deve desistir da discussão para aproveitar o parcelamento das dívidas com descontos e outras condições especiais.

A adesão é feita no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento da Receita), em "Legislação e Processo", na opção de serviço "Requerimentos Web". Clique aqui para saber como acessar o gov.br.

O acordo é validado após o pagamento da primeira parcela. O Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) deve ser preenchido com os códigos 6268 para débitos previdenciários e 6274 para os demais.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/02-04-2024-edicao-24798/>

Esforço adicional é de 1% do PIB

Brasília - As medidas de arrecadação já implementadas até agora pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) serão insuficientes para garantir o alcance da meta fiscal almejada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em 2025.

O Tesouro Nacional estimou em seu relatório de projeções fiscais a necessidade de um esforço adicional equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para chegar ao superávit de 0,5% do **PIB** prometido para o ano que vem.

Isso significaria uma arrecadação extra de R\$ 123,9 bilhões, considerando a projeção da Secretaria de Política Econômica (SPE) para o **PIB** nominal de 2025. Se o valor não for atingido, parte do esforço poderia ser cumprido por meio do congelamento de despesas (via contingenciamento).

Sem novas medidas, o Tesouro projeta um déficit de 0,5% do **PIB** no ano que vem, cenário que iria na contramão do desejo da equipe econômica de exibir uma melhora gradual e contínua nas contas públicas.

Para este ano, o alvo central é o déficit zero, e a avaliação mais recente do orçamento indica um resultado negativo em 0,1% do **PIB** - dentro da margem de tolerância da meta fiscal, que é de 0,25 ponto percentual para mais ou menos.

A principal explicação para o buraco nas contas de 2025 vem da natureza das medidas de receita aprovadas até aqui.

Boa parte delas está calcada em uma fonte extraordinária de recursos, de fôlego curto e sem garantia de sustentação para os anos seguintes.

Encaixa-se nesse perfil a tributação do estoque dos fundos em paraísos fiscais (offshore) e dos super-ricos. Uma vez recolhido o imposto sobre os rendimentos passados, o que ocorrerá em 2024, o governo contará apenas com o fluxo futuro dessas receitas - num volume bem menor do que os R\$ 19 bilhões projetados para este ano.

Outras receitas extraordinárias virão do repasse de depósitos judiciais da Caixa que foram indevidamente represados pelo banco, da repactuação de contratos de ferrovias e de parte dos acordos tributários para encerrar disputas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O diagnóstico do Tesouro é uma fotografia das contas públicas considerando a legislação atual. Não significa que o governo não lançará mão de outras iniciativas para continuar elevando a arrecadação, inclusive com novas receitas extraordinárias. Se a atividade econômica melhorar, isso também pode contribuir para cobrir o buraco. O relatório, porém, serve como uma espécie de alerta para o próprio governo de que a manutenção da melhora fiscal demanda mais esforços.

O ministro da Fazenda já deu uma sinalização de que o problema está no radar da equipe. Em entrevista à CNN Brasil na última terça-feira (26), Haddad disse que chegar ao superávit de 0,5% do **PIB** no ano que vem vai depender do Congresso Nacional. "A pedido do presidente [do Senado, Rodrigo] Pacheco [PSD-MG] e do presidente [da Câmara, Arthur] Lira [PP-AL], projetos de lei foram apresentados para chegarmos a uma equação. Isso vai definir o futuro da trajetória [das contas]. O que estou querendo dizer é que vamos ao longo dos próximos dias definir com o Congresso Nacional o andar da carruagem, como vamos definir a trajetória daqui para frente", disse na ocasião.

PLDO - O objetivo de atingir o superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 foi indicado junto com a apresentação do novo arcabouço fiscal, em março do ano passado.

Essa meta ainda precisará ser confirmada pelo governo no envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que ocorrerá no próximo dia 15 de abril.

O projeto é finalizado no momento em que o governo discute o desfecho de medidas de arrecadação enviadas ao Legislativo no fim de 2023, como a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação do uso de créditos judiciais pelas empresas para abater **tributos**.

A Fazenda já precisou abrir as negociações e flexibilizar boa parte dessas medidas para melhorar sua aceitação no Congresso, o que tende a impactar sua contribuição para o reequilíbrio das contas públicas. (Idiana Tomazelli/FolhaPress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-02-04-2024/>

Litígio Zero pode perdoar juros, multas e encargos

Editado por: EDIR GAYA

Redução de até 100% dos juros, das multas e dos encargos legais para créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação são algumas das vantagens do Programa Litígio Zero, que atende pessoas físicas e jurídicas em disputa administrativa com a **Receita Federal** até o valor de R\$ 50 milhões.

A renegociação depende do nível de risco do débito.

Em alguns casos, será observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida, com entrada de 10% do valor consolidado, após os descontos, pagos em até cinco parcelas, e saldo devedor em até 115 parcelas.

Microempresas, pessoas físicas ou empresas de pequeno porte também poderão negociar dívidas no âmbito do Litígio Zero, desde que dêem de entrada em 5% do valor consolidado dos créditos transacionados em até cinco parcelas e o restante em 12, 24, 36 ou em até 55 meses.

"Quanto mais curto o prazo de pagamento, maior o desconto. Por exemplo: se o plano escolhido for de 12 meses, será aplicada redução de 50%, inclusive do montante principal do crédito. Se o contribuinte escolher a modalidade de até 55 meses para o pagamento, a redução cai a 30%", informou a Receita.

Se houver utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) nos casos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a entrada será de, no mínimo, 10% do saldo devedor, parcelado em até cinco vezes, e o restante com o uso desses créditos, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual dividido em até 36 parcelas.

ADESÃO No caso de créditos classificados como de alta ou média perspectiva de recuperação, será aceita entrada de 30% do valor consolidado, com pagamento em até cinco parcelas, e o restante do saldo devedor com uso de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada. O saldo residual poderá ser dividido em até 36 parcelas. Sem a utilização de PF/BCN, a entrada será 30% do valor consolidado da dívida, em até cinco parcelas e o restante em até 115 parcelas.

O contribuinte com débitos junto à Receita e que quiser aderir ao programa encontrará mais informações na página do Litígio Zero. (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso--a-informacao/acoes-e-programas/programa-litigio-zero>).

"Quanto mais curto o prazo de pagamento, maior o desconto. Se o plano escolhido for de 12 meses, será aplicada redução de 50%."

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-4e49518eaa3150a50f866127983b744f.pdf

Reforma tributária pode elevar carga do setor de óleo e gás

A **Reforma Tributária** poderá elevar a carga sobre os investimentos da indústria de petróleo e gás natural em 14%, revela estudo da Infis Consultoria, especializada em tributação do setor. O número poderia chegar a 20%, caso o regime especial de compra e venda de equipamentos para exploração e produção de petróleo, o Repetro, não seja mantido, calcula a consultoria.

Segundo a Infis, o impacto se daria pela incidência plena dos novos **tributos** sobre bens e serviços - Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A consultoria levou em consideração uma alíquota padrão de 28% do novo IVA Dual sobre contratos de desenvolvimento de campos de petróleo e gás do pré-sal.

"Essa tributação acarretaria em um aumento de carga tributária significativo das empresas do setor, visto que os gastos com a contratação de serviços, aluguel de máquinas e equipamentos e afretamento de navios e plataformas são vultosos e teriam um incremento de alíquotas significativo", explica Eduardo Pontes, especialista em tributação do setor e sócio da Infis. "Isso resultaria em reflexos muito negativos para o País na atração de novos investimentos".

De acordo o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), a atividade de extração de petróleo e gás natural foi uma das principais responsáveis pelo ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil nos últimos dez anos. Além disso, dados do instituto mostram que o setor é responsável por pagar, direta ou indiretamente, 69% de sua receita bruta ao governo, por meio de **impostos**, royalties e participações.

"No Brasil, há uma falsa percepção de órgãos do governo de que o setor de O G (óleo e gás) é favorecido por políticas fiscais.

Entre 2010 e 2020, o setor gerou mais de R\$ 891 bilhões em arrecadação, recolhimento de **tributos** e participações governamentais e atraiu US\$ 47 bilhões de investimento estrangeiro, o que representa cerca de 3% do total de IED no período. O setor é uma potência que contribui para o crescimento do País, e não o contrário", afirma Pontes.

Outro ponto de preocupação da indústria é a falta de

clareza sobre a recuperação desses **tributos** pelos princípios estabelecidos na **Reforma Tributária**. Ainda segundo Pontes, não há garantias sobre como o setor poderia compensar ou restituir o acúmulo de créditos vindos desses investimentos na fase de exploração e desenvolvimento.

"Formada preponderantemente por empresas exportadoras, a indústria de O G já é uma grande acumuladora de créditos tributários e enfrenta constantes dificuldades para recuperar esses valores. As limitações impostas pela União e pelos Estados tornam esse cenário ainda mais complexo", afirma ele.

A tributação do setor será debatida no II Seminário de Tributação em Óleo Gás, que acontece no próximo dia 4 de abril, na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), no Centro do Rio. Com a participação de representantes da **Receita Federal** e da indústria de petróleo e gás, o evento debaterá ainda temas como a tributação de gás natural, ICMS no setor e o cenário do Repetro- Sped e do Repetro Industrialização.

"Isso resultaria em reflexos muito negativos para o País na atração de novos investimentos"

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-4e49518eaa3150a50f866127983b744f.pdf

Desequilíbrio impõe uma nova reforma da Previdência (Editorial)

Falar em nova reforma da Previdência cinco anos depois da última pode parecer prematuro. Infelizmente, não há como brigar com a realidade de um país de renda média. No ano passado, o déficit dos regimes previdenciários do governo federal foi equivalente a 3,9% do PIB. Em 2022, na **Previdência Social** como um todo, incluindo estados e municípios, ficou em 4,9%. Como o rombo é grande, e tende a aumentar, governo e Congresso deveriam promover outra reforma. Do jeito como está, o sistema é insustentável. O Brasil tem muitas outras demandas urgentes, da educação à segurança, e não pode arcar com despesa tão grande no Orçamento -só os gastos com as aposentadorias do setor privado consomem 44% do gasto da União.

Não bastasse o desequilíbrio no presente, continuamos diante de uma bomba demográfica. Até 2050, a fatia de idosos deverá dobrar, enquanto a de contribuintes ficará inalterada. Não se trata de problema do futuro. Como revelou reportagem do GLOBO, o número de contribuintes cresceu 0,7% ao ano entre 2012 e 2022. No mesmo período, a quantidade de benefícios pagos subiu 2,2% anuais, segundo estudo do economista Rogério Nagamine.

É certo que, no período analisado, a economia passou por dois anos de recessão decorrentes das políticas do governo Dilma Rousseff, além da pandemia. Mas a regra das últimas três décadas, quebrada raramente, tem sido o crescimento econômico baixo. Com alterações tímidas do PIB, não crescem a parcela de trabalhadores formais nem as contribuições. Mesmo confiando na forte expansão econômica, as previsões demográficas se impõem.

O problema estrutural tem sido agravado pela conjuntura. Em 2023, o estoque de benefícios do INSS cresceu 4,5%, maior aumento dos últimos 19 anos. De acordo com o governo, isso é resultado do combate ao represamento de pedidos herdados. A explicação, porém, é insuficiente. As filas do INSS estão caindo lentamente apesar do forte aumento nos benefícios.

Ainda não há dados disponíveis a pesquisadores para determinar as causas do salto. Em artigo recente, Nagamine e o economista Marcos Mendes levantaram uma hipótese. As medidas adotadas para acelerar as análises de pedidos podem estimular cidadãos a solicitar o benefício mesmo sem cumprir os requisitos.

Uma possibilidade mais grave é os processos automatizados serem mais lenientes. Se for esse o caso, o período atual não será de correção, mas o início de um "aumento duradouro" nas taxas de concessão.

A despesa com benefícios previdenciários e assistenciais tem crescido em ritmo tão alto que provavelmente exigirá corte de outros gastos já neste ano. Só o custo do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), dos trabalhadores da iniciativa privada, aumentou 4,4% em janeiro em relação ao mesmo mês do ano passado, descontada a **inflação**. Os benefícios assistenciais subiram 16%. O governo tem comemorado a alta na receita neste início de 2024, sem dar a devida atenção às despesas.

Parece óbvio que a Previdência exige correções de gestão no curto prazo. O primeiro passo é saber exatamente por que as filas não caem na velocidade esperada e se há gente beneficiada de forma indevida. Para os desafios estruturais de longo prazo, governo e Congresso precisam encarar o desafio de uma nova reforma, começando pelas categorias que driblaram as mudanças na última. Não haverá escapatória.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Selfie falsa para fraudar empréstimo

Gustavo Andrade

Um banco foi condenado a indenizar em R\$ 3 mil, por danos morais, uma aposentada, após aprovar um empréstimo consignado com uma falsa selfie dela. Foi comprovado que golpistas usaram os dados da idosa com uma foto de outra pessoa, e o banco não detectou a fraude.

A decisão unânime foi da 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O banco, em sua defesa, apresentou recibo de transferência dos valores e demais documentos referentes à contratação, com o intuito de demonstrar que a aposentada teria contraído um cartão consignado por meio de assinatura eletrônica, na forma de biometria facial.

O desembargador relator João Egmont, em sua análise, destacou sobre a foto utilizada.

"A selfie colacionada quando da contratação, realizada em 6 de dezembro de 2022, destoa da que consta no documento de identidade, que data de 13 de novembro de 2014, e da foto apresentada como atual da autora. Analisando comparativamente as três imagens, não é possível afirmar, com segurança, que se trata da mesma pessoa", afirmou.

E além deste exemplo, a cada dia que passa, mais aposentados e pensionistas se tomam alvo de vigaristas. Eles usam dados e documentos adulterados, além de assinaturas falsas, para lançarem empréstimos consignados nas contas das vítimas, sem o consentimento delas.

Por outro lado, as instituições financeiras acabam liberando estas solicitações e, conseqüentemente, comprometendo a renda dos idosos, que muitas vezes só percebem que foram vítimas de fraude quando já pagaram várias parcelas.

Segundo o coordenador geral do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos no Estado (Sindnapi-ES) Jânio Araújo, há muitas reclamações sobre diferentes fraudes envolvendo empréstimos consignados.

A selfie não é suficiente para comprovar a contratação e criminosos estão comprando, ilegalmente, pacotes com dados pessoais, documentos e até selfies de possíveis vítimas de golpes financeiros, segundo o advogado especialista em Direito do Consumidor

Sérgio Nielsen.

"A assinatura digital não é capaz de demonstrar que o requerente consentiu com a contratação e mais, para fazer este tipo de formalização digital o cliente precisa receber o link do seu contrato. Se estiver de acordo, deverá confirmar seus dados e clicar no botão que confirma que leu e concorda com os termos", disse.

ADVOGADO Sérgio Nielsen diz que criminosos estão comprando dados pessoais, incluindo selfies, para dar golpes

SAIBA MAIS

Empréstimo sem pedir

APOSENTADOS e pensionistas estão sendo vítimas de fraudes na concessão de empréstimo consignado.

ELES NÃO fazem as solicitações dos valores e mesmo assim descobrem que a quantia foi lançada em sua conta bancária. Segundo especialistas, muitos só descobrem o empréstimo depois de algum tempo, pois não têm o costume de olhar com frequência os seus extratos.

É POSSÍVEL ingressar com uma ação na Justiça para pedir a reparação de danos morais e materiais. Para isso, o aposentado, ao perceber que foi vítima de uma fraude, deve informar o banco

onde o empréstimo fraudulento foi feito e registrar boletim de ocorrência.

Biometria facial

A BIOMETRIA FACIAL tem sido cada vez mais utilizada como uma medida de segurança em transações financeiras e outras atividades que exigem verificação de identidade. No entanto, a eficácia dessa tecnologia depende da precisão e da integridade do sistema utilizado.

APESAR das medidas de segurança implementadas pelas instituições financeiras, casos de fraude em empréstimos consignados ainda são relatados, muitas vezes envolvendo a utilização de identidades falsas ou informações roubadas.

Responsabilidade dos bancos

SEGUNDO o Código de Defesa do Consumidor, as

instituições financeiras têm o dever de garantir a segurança das transações e proteger os interesses dos consumidores. Isso inclui a implementação de medidas de segurança eficazes para prevenir fraudes e a responsabilidade por eventuais danos causados aos clientes em caso de falhas no sistema de segurança.

Fonte; Especialistas e pesquisa AT.

Triplo de aposentados frente aos empregados

BRASÍLIA

Com o desafio de equilibrar as contas do regime de aposentadoria, o governo registrou crescimento médio por ano de 0,7% no número de novos contribuintes ao sistema previdenciário entre 2012 e 2022. Ao mesmo tempo, a quantidade de benefícios pagos no período aumentou num ritmo três vezes maior, de 2,2% ao ano.

Os dados constam de um estudo do especialista Rogério Nagamine, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2022, feita pelo IBGE, e levam em consideração quem fez ao menos uma contribuição ao ano.

Caso seja computada a média mensal de contribuintes, ou seja, os que contribuíram mais vezes, a expansão foi de 1,2% ao ano - ainda assim, abaixo da alta no estoque de benefícios pagos.

Para Nagamine, especialista em políticas públicas que foi subsecretário do Regime Geral de Previdência no governo passado, a baixa expansão do número de contribuintes no Brasil entre 2012 e 2022 tem relação direta com o fraco desempenho da economia no período e, conseqüentemente, de uma evolução pouco favorável ao mercado de trabalho.

Ele alerta, no entanto, que o problema não será resolvido se a economia voltar a crescer. Isso porque o regime de aposentadoria está estruturalmente desequilibrado devido às mudanças na demografia, com o rápido envelhecimento da população brasileira e queda na taxa de fecundidade, já que as famílias têm cada vez menos filhos.

"Os dados sobre o número de contribuintes só pioram o quadro. Como a gente vem alertando, uma nova reforma precisará ser feita para corrigir distorções", afirma Nagamine.

INSS: número de aposentados subiu 22% em 10 anos. enquanto o de novos contribuintes cresceu 0,7%

Emprego sem carteira assinada influencia

Especialistas avaliam que o cenário também é resultado da elevada informalidade no mercado de trabalho, que aumentou com a chegada dos aplicativos de transporte e entrega no País, além do fato de a Reforma Trabalhista de 2017 ter ampliado a possibilidade de terceirizações.

A partir da mudança na legislação, mais brasileiros aderiram a trabalhos autônomos ou abriram pequenos negócios, por meio de registros de MEI (microempreendedor individual). Para esses trabalhadores, a contribuição ao **INSS** é facultativa.

"Está havendo uma modificação na questão da contribuição, isso não é de agora. Isso já vem com a Reforma Trabalhista, com a terceirização, e a própria Reforma da Previdência também, que mudou bastante o direito dos segurados. Isso afasta as pessoas da contribuição e, conseqüentemente, elas estão modificando o seu mecanismo de contribuição", afirma a advogada previdenciária Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Ela aponta que o fato de mais pessoas deixarem de contribuir para a Previdência pode levar a um inchaço dos mecanismos de assistência social do governo nas próximas décadas, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), já que essa parcela da população poderá se tornar um contingente de idosos desassistidos.

"Se você tem pessoas se afastando da **Previdência Social**, vai sobrar, é claro, lá na frente, para a assistência social e para o BPC", alerta Adriane.

ADRIANE Bramante: terceirização

INSS: Benefícios crescem mais que contribuições

O TRIPLO EM 10 ANOS O governo registrou um crescimento médio anual de apenas 0,7% no número de novos contribuintes ao sistema previdenciário em dez anos - entre 2012 e 2022. No mesmo período, a quantidade de benefícios pagos aumentou três vezes mais: 2,2% ao ano. Os dados constam de um estudo publicado pelo jornal O Globo e de autoria do especialista em políticas públicas Rogério Nagamine. Os números são baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2022, e levam em consideração quem fez ao menos uma contribuição ao ano. Caso seja computada a média mensal de contribuintes. Para Nagamine, que foi subsecretário do Regime Geral de **Previdência Social** no governo passado, a baixa expansão do número de contribuintes no Brasil entre 2012 e 2022 tem relação direta com o fraco desempenho da economia no período e, conseqüentemente, de uma evolução pouco favorável ao mercado de trabalho. Ainda assim, ele alerta que o problema não será resolvido se a economia voltar a crescer por causa do desequilíbrio estrutural da previdência, do rápido envelhecimento da população brasileira e da queda na taxa de fecundidade do país. "Como a gente vem alertando, uma nova reforma precisará ser feita para corrigir distorções", afirma.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Seis mil podem perder benefício - SERVIDOR

Gustavo Silva

Mais de seis mil pensionistas vinculados ao Fundo Único de **Previdência Social** do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) podem ter os benefícios suspensos nos próximos dias, se não realizarem o recenseamento obrigatório. De acordo com a autarquia, 3.255 pensionistas aniversariantes de novembro e 3.167 de dezembro ainda não realizaram o procedimento. Até o momento, cerca de 16 mil pensionistas, dos 22 mil aptos a realizarem o cadastramento, fizeram a atualização de dados.

Os pensionistas nascidos em novembro foram os primeiros a serem convocados pelo o procedimento. Pelas regras, os interessados têm 60 dias para realizar a atualização, a contar do primeiro dia do mês de nascimento.

Para regularizar a situação, os pensionistas que faltaram precisam realizar o passo a passo que pode ser conferido no site do EXTRA, no link <https://abrir.link/DRMzA>, ou comparecer a um dos 18 postos ou agências do Rioprevidência. O fundo realiza o atendimento ao público das 9h30 às 16h30.

Os documentos necessários incluem identidade, CPF, comprovante de residência (em nome do próprio, dos últimos três meses ou, na ausência deste, declaração de residência) e título de eleitor (incluindo e-Título, comprovante de votação de 2022 ou comprovante de quitação eleitoral, exceto para menores e estrangeiros). É possível apresentar original ou a cópia autenticada dos documentos.

Entidades alertam para o golpe do precatório residual

Entidades do funcionalismo das três esferas têm feito relatos parecidos: indivíduos se passam por advogados e enviam mensagens ou ligam para servidores, propondo a liberação de precatórios residuais. Nesses contatos feitos por criminosos, são oferecidos serviços para agilizar a liberação dos valores e até nomes de escritórios, incluindo aqueles que têm ações da própria entidade. As associações do funcionalismo orientam aos associados para não darem seguimento a essas conversas e bloquearem imediatamente os contatos, pois tratam-se de golpes.

União sanciona adicional de qualificação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou ontem a lei que institui o Adicional de Especialização e Qualificação para os servidores do Tribunal de Contas da União (TCU). A legislação autoriza o pagamento de adicionais por cursos de extensão, graduação e pós-graduação, podendo dar um aumento de 30% sobre o contracheque.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Supersalários (Cartas do leitor)

Em janeiro deste ano, 1.965 **servidores públicos** federais receberam um salário maior que o do presidente da República. No mesmo mês, 77 funcionários da Câmara dos Deputados tiveram um contracheque maior que o do presidente do Congresso Nacional. E 5.704 juízes ganharam mais que o presidente do Supremo Tribunal Federal. Essas autoridades, respectivamente chefes do dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) receberam naquele mês R\$ 41.650,92, que é o salário de um ministro do STF, estabelecido na Constituição como o máximo que os servidores federais poderiam receber.

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES, São Paulo

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-838dc9de386130f83f625a98d1ea561f.pdf

Aposentado por invalidez pode ser chamado para nova perícia? - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

Segundo a advogada Jeanne Vargas, especialista em Direito Previdenciário, os aposentados que já completaram 60 anos, independente do tempo de recebimento da aposentadoria, estão isentos de perícia, assim como o aposentado por invalidez portador de HIV. "Também estão isentos de perícia os aposentados por invalidez a partir dos 55 anos de idade e que já estejam no mínimo há 15 anos em benefício pelo **INSS**, podendo ser contado nesse tempo o auxílio-doença que veio antes da aposentadoria", explica.

No entanto, se o aposentado for convocado pelo **INSS**, deve marcar a perícia e comparecer no dia agendado, levando exames e laudos médicos que comprovem que o segurado continua sem condições de trabalhar e por quanto tempo evitando assim que o benefício seja cessado.

Em um cenário complexo de regulações previdenciárias, compreender as condições de isenção de perícia para aposentados é essencial, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.rcclamaradianta.com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail juridico@reclamaradianta.com.br ou pelo WhatsApp (21)99328-9328.

Casos resolvidos pela equipe do Reclamar Adianta (WhatsApp: 21 - 99328-9328 - somente para mensagens): Rcjane Furtado (TIM), Paulo Roberto da Silva (Águas do Rio). Denise Rodrigues (Secretaria de Conservação/Rio).

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12218/02-04-2024.html>

Agro defende que proteínas sejam incluídas na cesta básica - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Executivos de grandes companhias do agronegócio estão preocupados com os impactos da **reforma tributária** no setor. Em reunião com o Grupo de Trabalho do Salomão Advogados, criado para debater o tema e liderado pelo sócio e professor da Uerj Marcus Lívio, representantes do setor disseram que é preciso atenção ao tratamento tributário que será conferido às proteínas.

Eles defendem que o item esteja incluído na cesta básica, tendo em vista o regime de redução das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a zero. Caso contrário, poderá haver aumento no custo para o consumidor final. Há também uma preocupação com os termos da futura lei complementar que tratará do ressarcimento dos créditos acumulados pelos contribuintes. Até o momento, não há um prazo estipulado e nem a garantia de transferência do saldo para terceiros. A sugestão é que o prazo seja de, no máximo, 60 dias.

Fiagros avançam no embalo do agronegócio

O ótimo desempenho do agronegócio em 2023 impulsionou os Fiagros, como são chamados os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais. No ano passado, conforme dados divulgados ontem pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o patrimônio líquido desses ativos atingiu R\$ 21,3 bilhões - tratase de um avanço notável de 103% em relação a 2022. Considerando dados de até dezembro de 2023, havia 97 Fiagros ativos no Brasil, um acréscimo de 21% na comparação anual.

Vivara amplia investimentos na linha "Life"

A rede de joalherias Vivara aumenta a aposta na linha "Life", voltada para peças mais acessíveis. Em março, abriu oito unidades no país - são agora 131 estabelecimentos com essa bandeira, além de 261 lojas Vivara tradicionais. Em 2024, sua projeção é inaugurar 80 lojas das marcas Vivara e Life. A rede passou por turbulência recente. Poucos dias depois de anunciar a volta do fundador Nelson Kaufman ao cargo de presidente, resolveu cancelar a decisão. O novo chefe da operação é Otavio Lyra.

"A Enel demonstra de forma reiterada que está despreparada para prestar serviço à altura do que a população brasileira exige" Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia. Ele determinou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a abertura de processo que poderá levar à cassação da concessão da distribuidora de eletricidade Enel em São Paulo.

24% foi quanto recuou o lucro líquido das estatais brasileiras em 2023 - primeiro ano do governo Lula - na comparação com 2022

RAPIDINHAS

Depois de seis meses de queda, a atividade industrial na China voltou a crescer em março. O Índice de Gerentes de Compra (PMI, na sigla em inglês) subiu para 50,8, de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas do país. Em fevereiro, o indicador estava em 49,1. O avanço é um alento até mesmo para a economia brasileira.

A Copersucar, maior exportadora brasileira de açúcar, assinou uma joint venture com a Comerc, holding que controla uma série de empresas no setor energético, para a venda de energia elétrica no Mercado Livre de Energia (MLE). A segunda fase do MLE - sistema que permite que se escolha o fornecedor de energia - entrou em vigor em janeiro.

As secas no Centro-Sul não foram suficientes para fazer a Tereos rever seus planos para o mercado brasileiro.

Em 2024, o grupo francês espera processar 21 milhões de toneladas de cana no país.

Trata-se do mesmo número alcançado em 2023, o que representaria uma grande vitória dadas as dificuldades impostas pelos extremos climáticos.

Depois de três anos sem operar, a rota São Paulo-Pequim será restabelecida pela companhia aérea Air China. Com conexão em Madri, na Espanha, o voo terá duas saídas semanais (às quartas e sábados) a partir de 28 de abril. Atualmente, é preciso fazer pelo menos duas conexões para ir do Brasil à China.

Secretaria finaliza textos com regras para reforma tributária

Jéssica Sant'Anna e Marcelo Ribeiro De Brasília

A Comissão de Sistematização (Cosist) criada pelo Ministério da Fazenda para tratar dos projetos de lei que regulamentarão a **reforma tributária** do consumo concluiu seus trabalhos na quinta-feira (28) e agora a secretaria extraordinária liderada por Bernard Appy trabalha na finalização dos textos que serão apresentados ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo apurou o Valor, a expectativa é que os projetos não cheguem ao Congresso Nacional antes do dia 15 de abril. Isso porque ainda estão em fase de finalização e precisam ter o aval das áreas jurídicas do governo, dos ministérios diretamente envolvidos com a regulamentação e do Palácio do Planalto, em especial a Casa Civil. Uma força-tarefa será feita para terminar esse trâmite o mais rápido o possível.

O Congresso Nacional tem trabalhado com a ideia de receber os projetos até o dia 15 de abril. Esse calendário foi confirmado pelo próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em jantar com empresários na semana passada.

A interlocutores, o presidente da Câmara tem defendido que esse calendário seja cumprido para viabilizar o cronograma desenhado pela equipe econômica e avalizado pela cúpula da Casa - aprovação dos textos de regulamentação ainda no primeiro semestre.

Aliados de Lira pontuam que há uma preocupação com o cumprimento desse calendário para não colocar em risco a aprovação do texto no curto-prazo. Isso porque, por ser ano eleitoral, uma apreciação no segundo semestre ficaria praticamente inviabilizada. Além disso, há a leitura de quanto mais perto estiver de 2026, quando os próprios parlamentares devem se submeter ao voto popular, mais difícil fica a aprovação desse tipo de projeto.

Técnicos envolvidos na regulamentação afirmam que houve bastante consenso ente União, Estados e municípios nos trabalhos feitos até março. Por isso, o trabalho de regulamentação estaria mais focado agora em questões burocráticas e decisões políticas que precisam ser feitas.

O alinhamento primeiro com os entes subnacionais foi uma diretriz traçada por Haddad e Appy no ano passado, para que os projetos cheguem ao Congresso amadurecidos do ponto de vista federativo. Porém, o setor empresarial e os parlamentares têm reclamado, nos bastidores, de terem pouco participado do processo de regulamentação até aqui.

No caso dos setores da economia, as principais associações e federações enviaram contribuições aos grupos técnicos e também participaram de algumas reuniões.

Já os parlamentares não foram ouvidos na discussão e pontuam que isso pode contribuir para uma menor celeridade do andamento da proposta. Ainda que uma ala do Congresso entenda que o Executivo precisa ter autonomia na construção desses projetos, um outro grupo avalia que a ausência do diálogo nessa fase pode ser determinante para uma tramitação mais arrastada.

Interlocutores da Fazenda alegam que o Parlamento e os setores da economia terão a oportunidade de debater os textos durante o trâmite legislativo, e que o governo estará aberto ao diálogo.

O Ministério da Fazenda continua com a ideia de enviar dois projetos de lei complementares ao Congresso Nacional, conforme afirmou Appy no evento "Caminhos do Brasil", realizado pelos jornais "O Globo" e Valor e pela rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio por meio da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações na semana passada. Um primeiro trataria da lei geral dos novos **tributos** sobre bens e serviços (da CBS e do Seletivo, de competência federal, e do IBS, dos Estados e municípios). O segundo trará a regulamentação do comitê gestor do IBS e mais questões administrativas. Há, ainda, dois textos finalizados pelo Estados, que devem ser enviados juntos pelo Executivo. São dois projetos de lei, um tratando sobre a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e outro sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Propostas precisarão do aval das áreas jurídicas e dos ministérios envolvidos

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187830?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187830?page=1§ion=1)

Dólar sobe a R\$ 5,05 e leva BC a anunciar intervenção no câmbio

Arthur Cagliari e Victor Rezende De São Paulo

A sensação de que o cenário permitia uma valorização relevante do câmbio doméstico perdeu força. Em um dia no qual o dólar subiu ao redor do globo, o real esteve na lista das moedas que mais sofreram, com o dólar seguindo firme acima de R\$ 5, no maior patamar desde outubro. A pressão sobre a divisa brasileira foi majoritariamente externa, diante da pujança renovada da economia dos EUA. Fatores domésticos, porém, também tiveram peso, como a proximidade do vencimento de títulos atrelados à variação do dólar (NTN-As), o que levou o Banco Central (BC) a anunciar a primeira intervenção no mercado de câmbio desde dezembro de 2022.

Logo após o fechamento dos mercados, a autoridade monetária informou que fará, às 12h30, um leilão extraordinário de até 20 mil contratos de swap cambial, o equivalente a US\$ 1 bilhão. Será a primeira oferta de swap cambial desde maio de 2022. A ação marcou, ainda, o fim de um dia tenso nos mercados. O dólar encerrou a sessão de ontem em alta de 0,87%, negociado a R\$ 5,0591, no maior nível desde outubro, após ter ido a R\$ 5,0704 na máxima do dia.

O movimento global foi determinante para a pressão sobre o câmbio. O processo de reprecificação dos juros americanos ganhou novos contornos, após declarações duras de dois dirigentes do Federal Reserve (Fed, banco central americano) na semana passada: o diretor Christopher Waller e o presidente Jerome Powell. Na medida em que o mercado empurra ainda mais para frente o início de um ciclo de cortes de juros nos EUA, o dólar se fortalece.

O real, porém, se destacou negativamente na sessão de ontem. Entre as moedas da América Latina, a divisa brasileira ficou na lanterna. O dólar subiu 0,42% ante o peso mexicano; 0,58% em relação ao peso chileno; e 0,04% frente ao peso colombiano. Nas moedas mais líquidas do mundo, somente a lira turca conseguiu seguir em alta.

Ontem, em particular, o índice de atividade do setor industrial dos EUA assustou os investidores, ao subir de 47,8 pontos em fevereiro para 50,3 em março e alcançar, assim, um nível que indica expansão pela primeira vez desde setembro de 2022. Além disso, o subíndice de preços subiu de 52,5 para 55,8 pontos, o

que pode indicar um cenário de pressões inflacionárias mais intensas no setor, o que acendeu o sinal amarelo entre os participantes do mercado.

"Até então, esses preços estavam mais comportados. Além disso, o Fed vem colocando bastante peso nos dados de **inflação** como condicionantes para suas ações futuras, no caso, em um possível corte de juros", observa Marcei Yagui, gestor de moedas da BlueLine Asset.

O mercado, diz, começou a colocar em dúvida o início da redução dos juros em junho, o que era tido como algo bastante provável de ocorrer. De acordo com o CME Group no fechamento de ontem, os futuros dos Fed kinds indicavam 58,4% de chance de uma redução nos juros em junho e 41,6% de probabilidade de o ciclo de flexibilização só começar depois.

"É inegável a relevância desse dado diante do recente contexto de falas mais conservadoras do Fed. O movimento só poderia ser de juros para cima e dólar mais forte", avalia Yagui. A BlueLine, nesse contexto, reduziu posições compradas (que apostam na valorização) no real.

Embora determinantes para a dinâmica da sessão, os vetores externos não foram os únicos que influenciaram o comportamento do câmbio. Participantes do mercado já vinham apontando nas últimas semanas que o vencimento de NTN-As poderiam gerar algum estresse na taxa de câmbio, embora não apostassem em uma atuação extraordinária do Banco Central.

"Tenho a impressão de que ideia inicial [do BC] seria deixar o mercado absorver esse vencimento, que é relevante, mas não é gigante. Porém, com o ambiente externo mais adverso pressionando o real, optaram por mitigar o potencial impacto adicional sobre o câmbio decorrente do vencimento da NTN-A3", avalia o estrategista-chefe da Waiten Investimentos, Sérgio Goldenstein.

A liquidação dos papéis, em 15 de abril, deve criar uma demanda pela moeda americana em torno de US\$ 3,7 bilhões, o que já havia aumentado entre os agentes a percepção de que neste início de abril o câmbio poderia ter um comportamento mais instável. Da mínima à máxima do dia na sessão de ontem, o

dólar oscilou mais de R\$ 0,06, nível que não era visto nos pregões mais recentes.

"São títulos originários do processo de troca de dívida externa por dívida interna", explica Goldenstein, que já chefiou o Departamento de Mercado Aberto (Demab) do BC. "É uma pressão cambial, sem dúvida, porque é improvável que o Tesouro vá rolar esses títulos", afirma. "Quem tem essa posição está comprado em dólar. No vencimento do papel, a instituição que estava comprada deixa de estar. Se essa instituição quiser continuar a manter sua posição comprada, teria de retornar ao mercado [para poder comprar mais dólares]." Alguns operadores chegaram a apontar que a pressão poderia não ser tão grande, já que os títulos poderiam estar protegidos com algum "hedge". Goldenstein, no entanto, lembra que é preciso separar o que é Banco Central e Tesouro e o que é o setor privado e nota que o processo ainda pode pressionar o câmbio. "Se teve hedge, alguém do mercado tem que conceder, então fica dentro do mercado", diz.

Na visão do economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, o BC agiu corretamente, já que o vencimento de NTN-A adiciona distorção ao mercado cambial, que já tem sofrido com o impacto das incertezas em torno da política monetária dos EUA. "Os fatores domésticos não apontam para uma desvalorização do real. O BC deve monitorar o mercado atentamente até o vencimento e, se necessário, ofertar mais swap. O real depreciou mais que os pares hoje por conta desse fator", diz.

A avaliação de parte dos agentes financeiros casa com a visão de Oliveira em relação aos fundamentos domésticos, que indicariam espaço para uma apreciação da moeda brasileira. Essa percepção se mostrou bastante relevante na virada do ano, mas as sucessivas frustrações com a dinâmica do câmbio têm provocado uma "limpeza" no lado técnico, com redução de posições otimistas com o real.

Entre os investidores estrangeiros, a posição comprada (aposta na alta) em dólar via derivativos (dólar futuro, swap cambial, dólar mini e cupom cambial) atingiu máxima histórica na sexta-feira passada, ao subir para US\$ 68,44 bilhões. Já o investidor local segue vendido (aposta na queda) em dólar contra o real no total de US\$ 13,3 bilhões.

A Occam segue com posições que apostam em uma valorização do real à frente, diante do carregamento positivo e de contas externas "sem sobressaltos", disse Fernando Chibante, gestor de moedas da casa em "call" mensal ontem. "E, no mês passado, o fator técnico melhorou bastante. Apesar da piora que vimos ao longo de março do real, achamos que muito tem a ver com o cenário externo, do dólar em geral,

que foi mais forte", afirmou.

-

Real perdeu oportunidade e "ficou para trás", diz Neo

Embora frise que a dinâmica da taxa de câmbio neste ano não está na lista de preocupações, o economista-chefe da Neo Investimentos, Luciano Sobral, revela alguma decepção com o desempenho do real. Uma valorização da moeda brasileira, especialmente no começo do ano, era uma aposta bastante difundida entre os participantes do mercado e esse foi o caso da Neo, que, na semana passada, zerou as posições que apostavam na apreciação do real.

"Foi meio decepcionante. Dadas as características do Brasil, que tem contas externas bem arrumadas e ainda sustenta um diferencial de juros elevado, poderíamos esperar que o câmbio estivesse se valorizando, mas isso não tem acontecido. No entanto, outros países com aspectos parecidos com os nossos, como o México e a Colômbia, têm visto suas moedas se apreciarem. O real ficou para trás. Parece mais uma janela de oportunidade perdida", diz.

Foi nesse contexto que a Neo encerrou posições que apostavam na apreciação do real frente ao peso mexicano. A moeda brasileira está nas mínimas históricas em relação à divisa do México, cotada a 3,30 pesos. "Perdemos mais do que gostaríamos e não temos boas explicações. Claro, em relação ao Brasil sempre podemos lançar mão dos ruídos políticos como explicação, já que sempre tem alguma coisa acontecendo e a questão fiscal também é sempre uma preocupação. Mas não é novidade", diz.

Para Sobral, o mercado virou o ano bastante otimista com o real, diante da narrativa de que a balança comercial poderia bater um superávit de US\$ 100 bilhões e de que o Brasil é um país "cronicamente superavitário" em conta corrente. "Mas os meses foram passando e a tradução dessa balança comercial para fluxo cambial não foi tão direta e tem sido até enganosa", ressalta. Ele nota que houve uma saída relevante de investimento em portfólio. "Vimos posições sendo desfeitas e o real ficou para trás." Sobral acredita que o diferencial de juros ainda está em níveis elevados para atrair capital estrangeiro, ao ter em vista a Selic em 10,75% e a taxa dos Fed funds em 5,5%. "E a precificação de mercado à frente mostra o nosso Banco Central cortando pouco os juros e as taxas americanas caindo mais. O diferencial se mantém e a volatilidade também está baixa, ou seja, o "carry-to-voT [medida que mede o carregamento do diferencial de juros ajustado pela volatilidade da moeda] está bem favorável para o real e o dinheiro que está saindo é mais do mercado de ações, que

pode estar ligado a alguma frustração com o desempenho das empresas brasileiras." Além disso, o economista acredita que a facilidade maior para diversificar investimentos mesmo em mercados globais também pode ter contribuído para um fluxo financeiro mais deficitário. "Criamos, de uns anos para cá, um fluxo de saída meio permanente, que não depende tanto do nível de juro. Até o investidor local alcançar níveis de diversificação com mais ativos fora do Brasil vamos ver essa saída. E, como não tem entrada, o câmbio fica um pouco mais desvalorizado", afirma o economista.

Como destacado por Sobral, o mercado embute nos preços uma Selic mais alta no fim do ciclo, em torno de 9,75%. Na visão da Neo, porém, o juro básico pode cair um pouco mais e chegar a 9% neste ano. "Não mudamos nosso cenário", afirma o economista, mesmo após a visão mais conservadora ("hawkish") emitida pelo Banco Central. "Com uma **inflação** entre 3% e 4% neste ano e o início de cortes de juros nos EUA em junho, não tem motivo para o BC parar de cortar os juros antes de chegara 9%, mas reconheço que esse cenário ficou mais complicado." O economista, nesse sentido, ressalta dúvidas que pesam no cenário básico da gestora. No campo externo, ele cita uma incerteza grande em relação aos indicadores dos próximos dois meses da economia americana, que podem levar o Fed a jogar uma redução dos juros para o segundo semestre. "A vida de qualquer banco central do mundo que está pensando em cortar os juros ficaria mais difícil", diz. Já em relação ao Brasil, a história da **inflação** de serviços e salários em alta é algo preocupante. Esses riscos, porém, ainda não se materializaram, ressalta Sobral.

Sobre a dinâmica doméstica, inclusive, ele nota que o momento é de reaceleração da atividade econômica. "O mercado de trabalho nunca enfraqueceu, o crédito já começa a acelerar com a queda dos juros... Isso sugere que o piso da **inflação** de serviços é muito alto e, sendo muito alto, esse componente eleva a **inflação** no geral", enfatiza o profissional. Sobral, porém, acredita que pode haver algum ruído nos dados de rendimentos do IBGE, ao avaliar outras métricas salariais, que apontam para uma alta menos intensa que 5%. "Não estamos vendo uma explosão do consumo como se todo mundo estivesse ganhando 5% a mais. O mercado de demanda interna está mais contido do que isso." O cenário traçado pela Neo Investimentos em relação à atividade, assim, contempla um crescimento econômico de 2% neste ano, mas com diferenças em relação à dinâmica do ano passado. "Sim, a expansão de 2023 foi mais forte, mas esteve muito ligada ao setor agropecuário e a commodities. Neste ano, parece ser mais uma história de demanda doméstica, justamente por fatores como

uma recuperação de crédito que está contratada, porque uma parte da queda de juros já aconteceu", destaca. Assim, para ele, seriam 2% de crescimento sentidos com uma percepção maior pela economia como um todo.

"A tradução da balança comercial para fluxo cambial não foi tão direta e tem sido até enganosa" Luciano Sobral

20 mil contratos de swap, ou US\$1 bi, serão leiloados pelo BC

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187830>

Copom procura mostrar coesão em suas decisões

Análise Alex Ribeiro São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) tem procurado demonstrar um alto grau de coesão nas suas decisões sobre juros, minimizando as pequenas diferenças de visão entre os seus membros.

Essa indicação de consenso é importante para enfraquecer a impressão, passada na ata da reunião de março, divulgada na semana passada, de que haveria um grupo mais conservador significativo dentro do colegiado, que estaria mais inclinado a uma baixa de juros de 0,25 ponto percentual na reunião de junho.

Também evita passar a imagem de que, meses antes da provável troca do presidente do Banco Central, com a esperada saída de Roberto Campos Neto, o colegiado vai mudar de uma composição mais conservadora para uma mais moderada.

Na ata da reunião de março, o Copom informa que "alguns membros" avaliaram que o prolongamento do ambiente de grande incerteza poderia aconselhar uma desaceleração do ritmo de corte de juros em junho, dentro de duas reuniões, em relação aos movimentos de baixa de 0,5 ponto da Selic decididos desde agosto do ano passado.

O documento informa ainda que "alguns membros" do colegiado acham que a pressão nos reajustes de salários, que inclui setores que tiveram ganhos menores de produtividade, pode ter sido causada por uma menor ociosidade da economia do que o inicialmente estimado.

Em entrevista durante a divulgação do Relatório de **Inflação** (RTI), na última quinta-feira, Campos procurou enfatizar que a decisão final de deixar em aberto a sinalização para os juros em junho foi unânime.

Ele também esvaziou um pouco a tese de que haveria um grupo dissidente significativo dentro do Copom, ao esclarecer que agora os documentos oficiais se referem a "alguns membros" quando duas ou mais pessoas que integram o colegiado apresentam argumentos diferentes dos demais.

Foi uma mudança em relação à sistemática comunicada pelo próprio Campos em maio de 2020. Naquela ocasião, o presidente do BC disse que, quando um membro apenas do Copom tivesse uma opinião contrária, a ata diria que um membro pensava diferente; quando dois membros fossem dissidentes, a ata diria que dois membros tinham uma visão própria; a partir de três dissidentes, a ata iria se referir a "alguns membros".

Assim, os analistas econômicos inicialmente entenderam, pela ata da reunião de março, que pelo menos três dos nove membros tinham uma visão mais conservadora. Em tese, poderiam ser até quatro membros. Campos sugeriu que, na verdade, o grupo poderia ser formado apenas por duas pessoas.

Essa correção tende a reduzir um pouco as chances de um corte de 0,25 ponto, já que aparentemente é menor o grupo de membros do Copom que acha que o simples prolongamento do ambiente de incertezas até junho poderia justificar uma desaceleração no ritmo de cortes.

Na mesma entrevista do relatório, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, também procurou apagar a impressão de que o fato de alguns membros terem manifestado preocupação maior com alguns temas, como a relação entre emprego e **inflação**, signifique necessariamente que os demais tenham uma visão diferente.

"Se você tem um debate em que alguns membros chamam a atenção de um ponto, não significa que os outros membros discordaram de tudo que foi dito", disse Guillen.

De fato, desde que o Copom passou a abrigar novos membros indicados pelo presidente Lula, os documentos oficiais do comitê relataram diferentes visões que, na prática, não significavam um racha dentro do colegiado.

Em particular, os pronunciamentos do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, têm sido importantes para mostrar coesão dentro do colegiado, já que ele é um dos membros que foram indicados pelo governo Lula, mas que tem concordado com as linhas gerais do Copom.

Isso não significa, necessariamente, que o Copom seguirá coeso - historicamente, as chances de divisão costumam ser maiores sobretudo no início e no final dos ciclos de alta ou baixa da Selic. Por isso, os pronunciamentos individuais dos membros do Copom serão importantes para checar se há possíveis dissidências.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187830>

Brasil ganha espaço em fundos dedicados a emergentes

Fernanda Guimarães De São Paulo

Os ativos brasileiros voltaram a ganhar espaço nas carteiras dos fundos dedicados a mercados emergentes, apesar da sangria do começo do ano, com guerra no leste europeu, crescimento tímido na China e juros altos provocando uma onda de realocação de portfólios. A permanência desse movimento, contudo, será colocada em xeque caso a retirada de recursos na bolsa por estrangeiros se mantiver nos próximos meses, o que pode ocorrer sem um horizonte mais claro de afrouxamento monetário nos Estados Unidos.

Dados da consultoria EPFR, que capta o fluxo dos fundos globais, mostram o Brasil passando de cerca de 6,32% para 7,5% no intervalo de um ano, segundo os últimos dados divulgados, um retrato do fim de janeiro deste ano. Os dados não consideram apenas a compra de ativos diretamente na bolsa brasileira, mas também de papéis listados no mercado americano.

A bolsa brasileira teve um 2023 com forte fluxo de entrada, o que ajudou o país a subir degraus. O ingresso de capital externo no ano passado foi de R\$45 bilhões. Porém, a direção virou com as dúvidas sobre os cortes de juros americanos e, neste início de ano, a bolsa local perdeu cerca de R\$ 22 bilhões de estrangeiros. Segundo fontes de mercado, a saída de recursos pode ter sido provocada por investidores quantitativos, mais voláteis e distantes de teses de investimento.

Mariana Cahen Margulies, que comanda a área de renda variável da corretora do Santander no Brasil, afirma que o discurso de investidores tem sido favorável para a região da América Latina "como há muito tempo não se via". "A América Latina fica de fora de ruídos geopolíticos. E há um investimento estrutural em energia e infraestrutura", diz.

O pulso dos investidores estrangeiros foi sentido de perto, segundo a executiva, num evento sobre América Latina realizado pelo Santander em Nova York em fevereiro, que contou com grandes nomes globais. Por lá, diz, ficou claro um olhar otimista sobre a região, com o foco dos questionamentos em teses de investimentos específicas. "Os investidores estão apontando o lápis para ficarem prontos para aumentar posições", afirma.

Pesquisa conduzida durante o evento corroborou essa leitura. Da amostra de investidores no encontro, 57% afirmaram que a expectativa é de ampliar, de forma moderada ou significativa, a alocação de recursos na região nos próximos seis meses.

Há diferenças entre os "gringos" e os locais que explicam o maior otimismo dos estrangeiros. Aline Cardoso, chefe de pesquisa e estratégia de ações para o Brasil do Santander, comenta que os investidores externos têm uma visão mais de longo prazo, com olhar de dois a três anos. Ela aponta que, nesse processo de realocação de ativos, a Índia tem se beneficiado, mas o Brasil pode atrair o capital até por conta de preço. Por aqui, os múltiplos refletidos pela relação entre preço da ação e lucro, estão baixos em termos históricos. Se esse indicador já foi de 11,5 vezes, está hoje em 8 vezes. A visão, segundo ela, também é de valorização ao Ibovespa. A projeção do Santander para o principal índice da bolsa local é de alta 13% em 2024.

O estrategista-chefe da XP, Fernando Ferreira, confirma o interesse de estrangeiros em ativos brasileiros, algo que tem sido notado em conversas com fundos dedicados a emergentes. Segundo ele, o baixo risco geopolítico, o preço mais baixo de ativos em comparação a emergentes como Índia e México, a liquidez do mercado local e, ainda, o ciclo de queda de juros na economia brasileira têm favorecido esse interesse. Ele lembra que o fato de a exposição de Brasil estar hoje em 7,5% nesses fundos - ante a participação de 5,5% de Brasil no índice MSCI - mostra que os investidores estão "overweight" no país, ou seja, com expectativa de desempenho acima do mercado.

Apesar disso, segundo Ferreira, há um entrave para o aumento dessa participação, pelo simples fato de os fundos dedicados a emergentes estarem com dificuldade de captação de recursos. Isso porque a competição com a Nasdaq - e os notórios ganhos de empresas de tecnologia e de inteligência artificial - além da falta de brilho da China, que segue como o componente de maior peso desses fundos, tem desestimulado a atração de dinheiro novo. O gatilho mais importante, segundo ele, virá com o início de queda de juros nos Estados Unidos em conjunto com o suporte da melhora dos resultados das companhias

brasileiras.

Sequeira

No curto prazo, entretanto, a próxima fotografia dos fundos emergentes deve mudar. O responsável pela área de pesquisa do BTG Pactual, Carlos Sequeira, destaca que, dada a saída de capital estrangeiros no primeiro trimestre, é natural se esperar que a taxa de participação do Brasil nas carteiras desses fundos recue.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187830>

No entanto, ele ressalta que o país tem potencial para atrair mais recursos. "Quando os juros caem, esses investidores buscam ativos de mais risco para o portfólio e os emergentes têm o perfil de risco desse investidor." Também segundo o executivo do BTG, o adiamento do corte de juros nos Estados Unidos é uma das respostas para a saída de capital estrangeiro no Brasil nos primeiros meses de 2024. Sequeira aponta, no entanto, que há duas questões marginais que afetam o interesse do investidor no Brasil: uma delas é a **inflação** mais resistente, o que pode sugerir um ritmo mais lento do corte de juros na economia local, e a interferência do governo em empresas, como Vale e Petrobras.

Na outra ponta, há notícias que podem ajudar. Sequeira lembra que, a partir de agosto, a entrada de empresas brasileiras listadas fora do país no índice MSCI Brasil, com o rebalanceamento do índice, deverá garantir um fluxo de capital ao país, diante de um ajuste nos fundos. Se hoje a participação do Brasil no índice é de 5,5%, essa fatia deverá subir com a entrada de empresas como Nubank, Stone e PagBank.

Já o chefe do banco de investimento do UBS BB, Daniel Bassan, destaca que a seguida postergação de corte de juros nos Estados Unidos tem jogado para a frente a expectativa de fluxos aos emergentes. "Em 2023, o Brasil foi o emergente que mais recebeu fluxo, atrás da Índia", afirma.

Claudia Mesquita, chefe de renda variável do Bradesco BBI, recorda que neste ano o capital também se realocou entre os emergentes, com o México ganhando espaço a partir da tese do "nearshoring", que é o movimento de aproximação da produção do mercado consumidor. No entanto, segundo ela, com México e Índia com preços mais altos, o Brasil tende a se posicionar como o próximo alvo de recursos vindos de estrangeiros, dependendo da política monetária americana. Esse fluxo é esperado para ocorrer mais próximo do segundo semestre. "O Brasil tem tudo para se beneficiar desse reposicionamento global", diz.

"Quando os juros caem, os investidores buscam ativos de mais risco e os emergentes têm esse perfil" Carlos

Queda nos juros estimula diversificação

MICHELLE VALVERDE

Os cortes nas taxas de juros e o maior controle da **inflação** no Brasil impactam as taxas de rendimentos da renda fixa fazendo com que investidores sejam estimulados a buscarem opções mais rentáveis. Um dos principais caminhos, apesar dos riscos, são os aportes na renda variável, principalmente em ações. Apesar da tendência, devido ao cenário atual da bolsa, a migração ainda não aconteceu como esperado. Para não perder dinheiro, investidores estão diversificando a carteira, mas com cautela, e alongando os prazos dos aportes na renda fixa.

O estrategista de ações da Genial Investimentos, Filipe Villegas, explica que, na teoria, os cortes nas taxas de juros e o controle da **inflação**, o que reduz a atratividade da renda fixa, estimulam os investidores a buscarem mais opções de renda variável. Apesar desta ser, realmente, uma tendência, ela ainda não aconteceu.

"Quando levada em consideração que existe uma expectativa de queda dos juros, seria natural que os investidores comesçassem a migrar os seus investimentos, porém, isso não está acontecendo na bolsa brasileira em 2024. Isso porque ainda há um fraco desempenho da bolsa brasileira, então, não foi suficiente para chamar a atenção desse investidor de renda fixa", explicou.

Alternativas - Conforme Villegas, por mais que se tenha uma taxa de juros com tendência de queda, ainda é possível encontrar bons retornos e rendimentos na renda fixa quando se tem uma visão de médio a longo prazos. "Então, existe, hoje, o que a gente chama de prêmio de incerteza de longo prazo do Brasil. Vejo que esse cenário em que se mostrou um ano fiscal mais fraco, com maiores gastos públicos, desconfiança do mercado em relação ao governo conseguir entregar a sua meta - que seria de zero déficit neste ano - isso acabou provocando e fazendo com que esse investidor de renda fixa apenas alongasse os seus vencimentos. Ou seja, ele sai de uma renda fixa mais curta, mas se mantém nesse mesmo tipo de investimento, só que alongando os prazos de investimento para um maior retorno", observou.

Ainda segundo Villegas, até o momento, houve uma certa migração para a renda variável, mas, menos do que o esperado.

"Falta ainda um catalisador, eu acredito que se nós estivéssemos próximos das máximas históricas, o mercado mais animado com renda variável, esse movimento seria mais intenso", explicou.

Diversificação - A economista da Valor Investimentos, Paloma Lopes, explica que no cenário de queda de juros e **inflação** mais sob controle acaba que, tanto no mercado secundário quanto nos lançamentos, já não se encontram muitas taxas atrativas na renda fixa, elas estão mais baixas do que as vistas em um cenário de juros maior. Assim, o investidor pode diversificar a carteira em busca de mais ganhos. "Neste cenário, caso o investidor tenha apetite e perfil para ir para a renda variável é aconselhável, se ele nunca investiu em renda variável, apostar nos fundos imobiliários, que são uma boa alternativa por não ter tanta oscilação no valor da cota", aconselhou.

Já para o investidor mais habituado, as opções de investir em ações pode ser interessante.

"É importante lembrar de fazer a diversificação. Hoje, a gente tem ações como Vale, Itaú que são sempre mais estáveis em comparação com as demais. Mas, o ideal é fazer um mix da carteira para que ela não fique pesada em nenhuma ação", disse.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-02-04-2024/>

Dólar registra elevação recorde

O dólar terminou a sessão de ontem em alta de 0,87%, cotado R\$ 5,0591, maior nível desde 13 de outubro do ano passado, quando fechou em R\$ 5,0885. "Saíram números de atividade mais fortes nos EUA e a inflação por lá ainda está resiliente.

Aqui, o panorama técnico é ruim já faz algum tempo, com a maioria dos fundos ainda muito 'vendidos' em dólar", avaliou o head da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt.

Nesta abertura de abril o índice Ibovespa declinou 0,87%, para 126.990 pontos. O giro ficou restrito a R\$ 19,9 bilhões no pregão de ontem. O índice cede, agora, 5,36% no ano.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-bbf37bc29caa653170cf5a578f1e7464.pdf

Dólar fecha no maior patamar desde outubro

São Paulo - O dólar à vista fechou ontem com alta firme no Brasil, pela segunda sessão consecutiva acima dos R\$ 5, em um dia marcado pela divulgação de dados fortes sobre a indústria norte-americana, o que fez as cotações refletirem a perspectiva de que o corte de juros nos Estados Unidos pode ser novamente adiado.

O dólar à vista fechou o dia cotado a R\$ 5,0588 na venda, em alta de 0,86%. Este é o maior valor de fechamento desde 13 de outubro do ano passado, quando o dólar encerrou a sessão em R\$ 5,0888. Em dois dias úteis, a divisa acumulou ganho de 1,57%.

Às 17h31, na B3 o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subia 0,75%, a R\$ 5,0750 na venda. Após terem permanecido fechados no Brasil e nos Estados Unidos na última sexta-feira (29) por conta do feriado, os mercados abriram ontem repercutindo dados e comentários do chair do Federal Reserve, Jerome Powell, feitos no encerramento da última semana.

Dados mostraram que o núcleo do índice de preços de despesas de consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês), subiu 0,3% em fevereiro, em linha com a expectativa do mercado.

O índice cheio também aumentou 0,3%. Já Powell disse que a instituição espera que a **inflação** ceda, mas que se isso não ocorrer as taxas de juros nos Estados Unidos serão mantidas onde estão por mais tempo.

Segundo ele, o Fed deixará que os dados econômicos deem a resposta sobre os juros.

Neste cenário, o dólar ganhou força ante outras divisas já no começo da sessão, incluindo o real, em meio ao avanço firme dos rendimentos dos Treasuries (são o equivalente aos papéis do Tesouro Direto brasileiro, ou seja, são títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos para o financiamento da dívida do governo), com investidores reprecificando as apostas de que o Fed começará a cortar juros em junho.

"Na sexta-feira, tivemos declarações do chair do Fed deixando claro que (a instituição) depende de novos números para verificar se cortará juros ou não na reunião de junho. Ele também indicou que o Fed pode continuar com juros mais altos por mais tempo", pontuou o diretor da Correparti Corretora, Jefferson Rugik. "Em cima dessas declarações, o dólar abriu forte lá fora e aqui acompanhou", observou.

O movimento foi amplificado a partir das 11h, com a divulgação de números positivos sobre a indústria norte-americana reforçando a avaliação de que o Fed pode adiar o início do processo de corte de juros.

O Instituto de Gestão do Fornecimento (ISM, na sigla em inglês) informou que seu Índice de Gerentes de Compras (PMI) industrial aumentou para 50,3 no mês passado, a primeira leitura acima de 50 desde setembro de 2022, em comparação com 47,8 em fevereiro. Uma leitura do PMI acima de 50 indica crescimento no setor industrial. A recuperação encerrou 16 meses consecutivos de contração no setor industrial, que responde por 10,4% da economia dos Estados Unidos.

Neste cenário, o dólar à vista oscilou entre a cotação mínima de R\$ 5,0098 (-0,12%) às 9h01, logo após a abertura, e a máxima de R\$ 5,0714 reais (+1,11%) às 12h46.

O avanço do dólar ante o real era justificado pela leitura de que, com juros altos por mais tempo nos Estados Unidos e não tão baixos no Brasil, já que o Banco Central vem sinalizando a possibilidade de desacelerar o processo de corte da Selic em junho, o diferencial de taxas entre os dois países tende a diminuir.

"O diferencial de juros, que hoje está em cerca de 5,35%, vai cair se o Fed postergar o processo de cortes (da taxa básica). Adiar para julho (o início dos cortes) já vai ser ruim para o real. Se for para setembro, vai ser pior ainda", comentou o diretor da consultoria Wagner Investimentos, José Faria Júnior.

Às 17h32, o índice do dólar, que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas, subia 0,46%, a 104,960. Pela manhã, o BC vendeu todos os 16 mil contratos de swap cambial tradicional ofertados para rolagem dos vencimentos de junho. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-02-04-2024/>

Atividade forte nos EUA pressiona ativos globais

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Augusto Decker De São Paulo

A nova surpresa com dados de atividade econômica nos Estados Unidos deu força aos rendimentos dos Treasuries e, diante das preocupações dos investidores com o momento do início do ciclo de cortes de juros, acabou provocando um dia de aversão a ativos de risco nos mercados globais. Assim, o S P 500 fechou o dia em queda, pressionando o Ibovespa, enquanto os juros futuros avançaram, acompanhando as taxas dos títulos do Tesouro americano.

Em meio ao acúmulo de sinais de que os membros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) não têm pressa para iniciar o ciclo de cortes de juros nos EUA, dados de atividade na maior economia do mundo voltaram a pressionar os ativos de risco ao redor do mundo. Ontem, o índice de gerente de compras (PMI) do ISM para o setor industrial dos EUA avançou a 50,3 em março - voltando ao território de expansão - diante de uma expectativa de leitura de 48,1 pontos.

Junto com a melhora do sentimento na indústria americana, a ferramenta GDPNow, do Fed de Atlanta, foi revisada e passou a projetar um crescimento de 2,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos no primeiro trimestre, de 2,3% na estimativa anterior divulgada na sexta-feira passada (29). O indicador, assim, contribuiu para a percepção de que a maior economia do mundo segue forte e não requer cortes de juros com urgência, como, inclusive, afirmou o presidente Jerome Powell, em comentários durante evento na sexta-feira.

Assim, voltaram a crescer os temores de que as taxas dos Fed funds devem permanecer paradas por mais tempo. No fim do dia, o rendimento da T-note de 2 anos passou de 4,632% para 4,711%, enquanto a taxa da T-note de 10 anos subiu de 4,205% para 4,32%.

A elevação nos juros dos Treasuries acabou pressionando também os índices acionários em Nova York, que fecharam em queda, com exceção do Nasdaq, que encerrou o dia em ligeira elevação. O índice Dow Jones teve baixa de 0,60%, a 39.566,85 pontos; o S P 500 caiu 0,20%, a 5.243,77 pontos; enquanto o Nasdaq subiu 0,11%, a 16.396,83 pontos.

Já o Ibovespa caiu 0,87%, aos 126.990 pontos, com destaque negativo para as ações de bancos. Os papéis preferenciais do Bradesco recuaram 0,91%, enquanto as ações do Banco do Brasil recuaram 0,95%. A maior baixa setorial foi a ação preferencial do Itaú, que caiu 3,42%, pesando sobre o Ibovespa. "Foi o fluxo de estrangeiros na venda", afirma um gestor local. "Como os bancos são relevantes, eles acabaram pesando", aponta.

O avanço nos juros americanos atrai investidores para o maior mercado do mundo, afastando-os de países emergentes como o Brasil. Essa dinâmica vem acontecendo desde o início do ano, quando o mercado passou a esperar um Federal Reserve (Fed) mais conservador na condução da política monetária. Até agora, os não residentes realizaram saques líquidos de R\$ 22,92 bilhões no segmento secundário da B3 em 2024.

Ainda no Brasil, seguem as dúvidas dos agentes financeiros acerca da magnitude do ciclo de afrouxamento monetário pelo BC. Em meio à atividade resiliente, alguma pressão na **inflação** de serviços e uma comunicação um pouco mais dura do Copom, agentes vieram calibrando suas apostas para o ponto final dos juros no país nos últimos dias. Segundo a precificação de mercado, os agentes esperam uma Selic terminal em 9,78% ao fim do ciclo de afrouxamento.

De acordo com o gestor de renda fixa da BlueLine Asset Management, Bruno Santos, a mudança na comunicação do Banco Central não representa uma alteração no cenário-base do Copom. "Achei a mudança bem marginal, só uma alteração do texto para dar flexibilidade ao BC caso tenha necessidade", afirma.

Assim, segundo ele, com a alta recente nos juros futuros nos últimos dias, as apostas na queda dos juros futuros passam a ficar mais atraentes. "Com essa abertura dos juros nos últimos dias, acho que está começando a existir uma assimetria para ficar aplicado [apostar na queda das taxas]. Com a Selic terminal chegando próxima de 10%, parece ser um ponto interessante para ter posições aplicadas visto que não mudamos nosso cenário de forma relevante nos últimos meses", afirma.

0,20% foi a baixa do índice S P 500 da bolsa de Nova York

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187830>

Entenda como a eleição nos EUA pode afetar a economia brasileira

Por **Marsílea Gombata** - De São Paulo

Por Marsílea Gombata - De São Paulo

02/04/2024 05h00 Atualizado há 3 horas

As incertezas em torno da eleição americana e do cenário político no Brasil elevam os riscos para a economia brasileira, alerta a edição de março dos Cenários de Longo Prazo, da Tendências Consultoria. Ao ressaltar a potencial mudança política nos Estados Unidos, a Tendências prevê um ambiente internacional mais instável. Nele, o equilíbrio do Brasil entre os dois polos representados por EUA e China deve ser mais desafiador.

O Cenário de Longo Prazo da Tendências traz, a cada três meses, previsões para a economia brasileira. A edição de março é a primeira de 2024. Nesta edição, afirma Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências, a questão internacional é a principal variável.

"A mudança na ordem internacional e uma eleição do Trump nos EUA poderiam se reverter em um cenário de maior protecionismo nas principais economias. Isso limitaria o crescimento da economia mundial", diz Ribeiro, que é a autora do documento.

O retorno do ex-presidente americano também teria reflexos importantes para o Brasil. "Há importantes riscos para a economia brasileira, como protecionismo e política de redução de **impostos** resultando em aumento do déficit fiscal americano, maior **inflação** e pressão sobre os juros, afetando, portanto, o Brasil pelos canais financeiro e de comércio", afirma.

A seguir, destaques dos cenários de longo prazo da consultoria.

Cenário básico

O cenário básico prevê, no curto prazo, um pouso suave da atividade econômica nos países ricos, permitindo flexibilização monetária gradual. Contabiliza também maior grau de protecionismo, decorrente da eleição de Trump, o que traria consequências negativas para a eficiência produtiva e maior expansão do **PIB** global.

"O mundo que sai da pandemia e emerge nesse cenário de rivalidade geopolítica é de taxa de juros de equilíbrio em patamar mais elevado do que aquele que vigorou entre a crise de 2008 e o choque decorrente da pandemia", afirma Ribeiro no documento. O cenário básico traz também apreensões no âmbito doméstico frente à fraqueza da coalizão governista e do capital político limitado do presidente na definição da agenda legislativa.

As projeções desse cenário refletem rivalidade crescente entre Executivo e Legislativo, com a proximidade do calendário eleitoral. Incorporam ainda pragmatismo político na condução da política econômica. Nele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem prestígio político e "autonomia quanto à pressão da esquerda por mudanças na gestão econômica".

Cenário básico prevê, no curto prazo, pouso suave da atividade nos países ricos

Nas eleições municipais de outubro e na da Câmara e do Senado, em 2025, cresce a representação da centro-direita, o que pode resultar em agenda econômica marcada por dificuldades de gestão fiscal, aponta a projeção.

Neste cenário, que tem 65% de chance de ocorrer, a economia do país cresce em média 2,3% entre 2024 e 2033, ante 2,4% projetados em dezembro pela consultoria.

O crescimento médio da economia mundial no período é de 2,8%.

Cenário pessimista

Nesse cenário, o contexto global fica mais instável dada maior resiliência inflacionária que demandará políticas monetárias restritivas por mais tempo. Ajudam a compor o ambiente mais adverso a desaceleração mais pronunciada da economia chinesa e riscos geopolíticos mais acentuados.

"A força da atividade econômica dificulta a acomodação das expectativas inflacionárias por parte dos agentes econômicos, o que demandaria, então, novo aperto monetário", diz o texto. "Erros de condução da política monetária decorrem do quadro

geopolítico mais adverso, marcado pelo acirramento das rivalidades entre China e EUA."

A crise da arena internacional traz novamente aumento da **inflação** global, decorrente do aumento dos preços das commodities devido a conflitos na Europa Central e Oriente Médio, assim como menor eficiência na produção em meio ao movimento de reshoring.

No âmbito doméstico, ocorre corrosão da popularidade presidencial, alerta a Tendências. Diante desse ambiente, há maior dificuldade para o andamento da agenda fiscal no Congresso, gerando resultados fiscais bem abaixo das expectativas do mercado, o que amplia a percepção de risco.

A insegurança política, no cenário pessimista, gera voluntarismo na agenda econômica, com políticas fiscal, monetária e de crédito via bancos públicos sendo os principais canais de materialização. "Na tentativa de garantir algum impulso econômico, há maiores mudanças na condução da política econômica, gerando desequilíbrios mais profundos", diz o texto.

Este é o cenário de longo prazo que mais sofreu revisões em relação à última edição, justamente pela cena internacional turbulenta e voluntarismo na condução da política econômica. "[Contudo], as projeções do cenário pessimista passam a incorporar os ganhos da **reforma tributária** no consumo, ainda que seus efeitos positivos sejam diminuídos por causa do quadro macroeconômico instável e de um processo de regulação marcado pela manutenção de privilégios setoriais", afirma o texto.

Na gestão da política fiscal, a falta de governabilidade frustra os planos de arrecadação do governo, que faz mudanças radicais nas metas de política fiscal, alimentando nova onda de desconfiança. "O cobertor curto acaba aparecendo nas questões fiscais, onde vemos maior risco", diz Ribeiro.

Essa insegurança política, ressalta o documento, afeta a condução da política monetária, especialmente a partir da transição da presidência do Banco Central.

"Os agentes de mercado passariam a precificar a autoridade monetária menos ambiciosa com a questão inflacionária expressa em mudanças execução de política monetária mais frouxa e alteração nas metas de **inflação**", diz o texto.

Nesse cenário, que tem 25% de chance de ocorrer, a economia brasileira cresce 1,7% entre 2024 e 2033, ante previsão de 1,5% previsto em dezembro.

A taxa de crescimento médio do **PIB** global é de 2,3%.

Cenário otimista

A cena internacional deste cenário é a mesmo do básico, ou seja, com perda de tração da economia global no curto prazo e um contexto de maiores incertezas diante da perda de hegemonia dos EUA e crescente rivalidade com a China.

A maior mudança, contudo, vem a da política externa brasileira, que investe na estratégia de extrair ganhos dos dois polos hegemônicos, isto é, China e EUA.

"O resultado mais efetivo dessa estratégia é a costura do acordo comercial entre União Europeia e Mercosul no curto prazo", afirma o texto.

No plano doméstico, no entanto, há esfriamento substantivo da polarização política, o que diminui as divisões na coalizão governista. A ampla coalizão de governo gera maior apoio à agenda de recuperação das receitas, com efeitos positivos para o equilíbrio fiscal e macroeconômico.

Os países mais ricos lutariam para calibrar a política monetária para garantir a convergência da **inflação** às metas no curto prazo, segundo a Tendências. O processo de desinflação desse cenário ocorre em paralelo às pressões fiscais, resultado dessa era protecionista, afirma o documento.

No plano doméstico, a ampla coalizão de governo passa a dar apoio sistemático à agenda de recuperação da arrecadação, crucial para a estratégia fiscal do governo diante da expectativa de crescimento real das despesas.

"O sucesso legislativo governista mantém intactas as metas de superávit primário ao longo do próximo ciclo eleitoral, com efeitos positivos para o equilíbrio fiscal e macroeconômico", diz o texto. "Sob esse choque positivo com a política fiscal, as expectativas de mercado apresentam comportamento mais favorável, com efeitos positivos para os ativos domésticos e crescimento da economia brasileira."

A Tendências acrescenta ainda que, no cenário otimista, os resultados das eleições municipais são mais equilibrados entre esquerda e direita, o que facilita a manutenção da base aliada, provê maior apoio ao Ministério da Fazenda, e reduz os ruídos sobre política monetária.

O nome escolhido para assumir o BC é bem recebido pelo mercado, reforçando a queda do prêmio de risco país, e as taxas de **inflação** chegam ao centro da meta, levando a taxa de juros para perto do nível de

equilíbrio.

Nesse cenário, a economia brasileira tem crescimento médio de 3,1% até 2033, mesma projeção de dezembro. A economia global, por sua vez, cresce 2,8%, assim como no cenário básico.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/02/entenda-como-a-eleicao-nos-eua-pode-afetar-a-economia-brasileira.ghtml>

Eleição nos EUA traz incertezas no longo prazo para o Brasil

Marsílea Gombata

As incertezas em torno da eleição americana e do cenário político no Brasil elevam os riscos para a economia brasileira, alerta a edição de março dos Cenários de Longo Prazo, da Tendências Consultoria. Ao ressaltar a potencial mudança política nos Estados Unidos, a Tendências prevê um ambiente internacional mais instável. Nele, o equilíbrio do Brasil entre os dois polos representados por EUA e China deve ser mais desafiador.

O Cenário de Longo Prazo da Tendências traz, a cada três meses, previsões para a economia brasileira. A edição de março é a primeira de 2024. Nesta edição, afirma Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências, a questão internacional é a principal variável.

"A mudança na ordem internacional e uma eleição do Trump nos EUA poderiam se reverter em um cenário de maior protecionismo nas principais economias. Isso limitaria o crescimento da economia mundial", diz Ribeiro, que é a autora do documento.

O retorno do ex-presidente americano também teria reflexos importantes para o Brasil. "Há importantes riscos para a economia brasileira, como protecionismo e política de redução de **impostos** resultando em aumento do déficit fiscal americano, maior **inflação** e pressão sobre os juros, afetando, portanto, o Brasil pelos canais financeiro e de comércio", afirma.

A seguir, destaques dos cenários de longo prazo da consultoria.

Cenário básico

O cenário básico prevê, no curto prazo, um pouso suave da atividade econômica nos países ricos, permitindo flexibilização monetária gradual. Contabiliza também maior grau de protecionismo, decorrente da eleição de Trump, o que traria consequências negativas para a eficiência produtiva e maior expansão do **PIB** global.

"O mundo que sai da pandemia e emerge nesse cenário de rivalidade geopolítica é de taxa de juros de equilíbrio em patamar mais elevado do que aquele que vigorou entre a crise de 2008 e o choque decorrente

da pandemia", afirma Ribeiro no documento. O cenário básico traz também apreensões no âmbito doméstico frente à fraqueza da coalizão governista e do capital político limitado do presidente na definição da agenda legislativa.

As projeções desse cenário refletem rivalidade crescente entre Executivo e Legislativo, com a proximidade do calendário eleitoral. Incorporam ainda pragmatismo político na condução da política econômica. Nele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem prestígio político e "autonomia quanto à pressão da esquerda por mudanças na gestão econômica".

Nas eleições municipais de outubro e na da Câmara e do Senado, em 2025, cresce a representação da centro-direita, o que pode resultar em agenda econômica marcada por dificuldades de gestão fiscal, aponta a projeção.

Neste cenário, que tem 65% de chance de ocorrer, a economia do país cresce em média 2,3% entre 2024 e 2033, ante 2,4% projetados em dezembro pela consultoria.

O crescimento médio da economia mundial no período é de 2,8%.

Cenário pessimista

Nesse cenário, o contexto global fica mais instável dada maior resiliência inflacionária que demandará políticas monetárias restritivas por mais tempo. Ajudam a compor o ambiente mais adverso a desaceleração mais pronunciada da economia chinesa e riscos geo-políticos mais acentuados.

"A força da atividade econômica dificulta a acomodação das expectativas inflacionárias por parte dos agentes econômicos, o que demandaria, então, novo aperto monetário", diz o texto. "Erros de condução da política monetária decorrem do quadro geopolítico mais adverso, marcado pelo acirramento das rivalidades entre China e EUA."

A crise da arena internacional traz novamente aumento da **inflação** global, decorrente do aumento dos preços das commodities devido a conflitos na Europa Central e Oriente Médio, assim como menor

eficiência na produção em meio ao movimento de reshoring.

No âmbito doméstico, ocorre corrosão da popularidade presidencial, alerta a Tendências. Diante desse ambiente, há maior dificuldade para o andamento da agenda fiscal no Congresso, gerando resultados fiscais bem abaixo das expectativas do mercado, o que amplia a percepção de risco.

A insegurança política, no cenário pessimista, gera voluntarismo na agenda econômica, com políticas fiscal, monetária e de crédito via bancos públicos sendo os principais canais de materialização. "Na tentativa de garantir algum impulso econômico, há maiores mudanças na condução da política econômica, gerando desequilíbrios mais profundos", diz o texto.

Este é o cenário de longo prazo que mais sofreu revisões em relação à última edição, justamente pela cena internacional turbulenta e voluntarismo na condução da política econômica. "[Contudo], as projeções do cenário pessimista passam a incorporar os ganhos da **reforma tributária** no consumo, ainda que seus efeitos positivos sejam diminuídos por causa do quadro macroeconômico instável e de um processo de regulação marcado pela manutenção de privilégios setoriais", afirma o texto.

Na gestão da política fiscal, a falta de governabilidade frustra os planos de arrecadação do governo, que faz mudanças radicais nas metas de política fiscal, alimentando nova onda de desconfiança. "O cobertor curto acaba aparecendo nas questões fiscais, onde vemos maior risco", diz Ribeiro.

Essa insegurança política, ressalta o documento, afeta a condução da política monetária, especialmente a partir da transição da presidência do Banco Central.

"Os agentes de mercado passariam a precificar a autoridade monetária menos ambiciosa com a questão inflacionária expressa em mudanças execução de política monetária mais frouxa e alteração nas metas de **inflação**", diz o texto.

Nesse cenário, que tem 25% de chance de ocorrer, a economia brasileira cresce 1,7% entre 2024 e 2033, ante previsão de 1,5% previsto em dezembro.

A taxa de crescimento médio do **PIB** global é de 2,3%.

Cenário otimista

A cena internacional deste cenário é a mesmo do básico, ou seja, com perda de tração da economia global no curto prazo e um contexto de maiores

incertezas diante da perda de hegemonia dos EUA e crescente rivalidade com a China.

A maior mudança, contudo, vem a da política externa brasileira, que investe na estratégia de extrair ganhos dos dois polos hegemônicos, isto é, China e EUA.

"O resultado mais efetivo dessa estratégia é a costura do acordo comercial entre União Europeia e Mercosul no curto prazo", afirma o texto.

No plano doméstico, no entanto, há esfriamento substantivo da polarização política, o que diminui as divisões na coalizão governista. A ampla coalizão de governo gera maior apoio à agenda de recuperação das receitas, com efeitos positivos para o equilíbrio fiscal e macroeconômico.

Os países mais ricos lutariam para calibrar a política monetária para garantir a convergência da **inflação** às metas no curto prazo, segundo a Tendências. O processo de desinflação desse cenário ocorre em paralelo às pressões fiscais, resultado dessa era protecionista, afirma o documento.

No plano doméstico, a ampla coalizão de governo passa a dar apoio sistemático à agenda de recuperação da arrecadação, crucial para a estratégia fiscal do governo diante da expectativa de crescimento real das despesas.

"O sucesso legislativo governista mantém intactas as metas de superávit primário ao longo do próximo ciclo eleitoral, com efeitos positivos para o equilíbrio fiscal e macroeconômico", diz o texto. "Sob esse choque positivo com a política fiscal, as expectativas de mercado apresentam comportamento mais favorável, com efeitos positivos para os ativos domésticos e crescimento da economia brasileira."

A Tendências acrescenta ainda que, no cenário otimista, os resultados das eleições municipais são mais equilibrados entre esquerda e direita, o que facilita a manutenção da base aliada, provê maior apoio ao Ministério da Fazenda, e reduz os ruídos sobre política monetária.

O nome escolhido para assumir o BC é bem recebido pelo mercado, reforçando a queda do prêmio de risco país, e as taxas de **inflação** chegam ao centro da meta, levando a taxa de juros para perto do nível de equilíbrio.

Nesse cenário, a economia brasileira tem crescimento médio de 3,1% até 2033, mesma projeção de dezembro. A economia global, por sua vez, cresce 2,8%, assim como no cenário básico.

Cenário básico prevê, no curto prazo, pouso suave da atividade nos países ricos

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187830?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187830?page=1§ion=1)**